

**CRISTIANE FORTKAMP**

**PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO (PEST):  
História e Conflito Sócio-Ambiental (1975-2007)**

**Florianópolis, 2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CRISTIANE FORTKAMP**

**PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO (PEST):  
História e Conflito Sócio-Ambiental (1975-2007)**

Dissertação apresentada no  
Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal de  
Santa Catarina como requisito  
parcial para a obtenção do título de  
Mestre em História, sob orientação  
da Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari.

Florianópolis/SC  
2008

FORTKAMP, Cristiane. Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (Pest): História e Conflito Sócio-Ambiental (1975-2007).

## RESUMO

Esta dissertação trata do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST), em Santa Catarina/Brasil, e da história de alguns de seus conflitos sócio-ambientais. O PEST está inserido no bioma da Mata Atlântica, qualificado como um dos principais parques de conservação do Brasil, pois seu território abriga vários ecossistemas, tais como Restinga, Araucária, Floresta Pluvial Atlântica, Matinha Nebular, Campos de Altitude e Mangues. A Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA), ao longo de sua história como autarquia, tem construído um discurso que busca nomear o PEST como “santuário da biodiversidade. Mas essa área de preservação permanente tem ainda habitantes e seu interior, que vêm sendo retirados ou impedidos de exercerem suas atividades econômicas tradicionais, o que gera inúmeros conflitos e discursos resistentes. Nesse sentido é que o enfoque dado à pesquisa buscou compreender e discutir a formação das Unidades de Conservação (UCs) e suas implicações sociopolíticas na região total do PEST.

FORTKAMP, Cristiane. Serra do Tabuleiro State Park (Pest): History and Social-Environmental Conflict (1975-2007).

## ABSTRACT

This dissertation concerns the Serra do Tabuleiro State Park (Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - PEST), in the Santa Catarina state, Brazil, and the history of some of its social-environmental conflicts. The STSP is inserted in the Atlantic Forest bioma and it is considered one of the main conservation units in Brazil, for its territory hosts many different ecosystems such as Restinga vegetations, Araucaria pine forests, Atlantic Rainforests, Cloud forests, Altitude fields, and Mangue vegetations. The Santa Catarina State Environment Foundation (Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA) has been developing the concept of the STSP as “the sanctuary of biodiversity”, though this permanent conservation unit is inhabited in its countryside; these people have been removed or their economical activities have been obstructed, which has generated countless conflicts. This research has focused on the formation of the Conservation Units (CUs) and the sociopolitical implications within the PEST area.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

**Fotografia 1** - *Rafting* no rio Cubatão. Acervo da autora, 76

**Fotografia 2** - Asa-delta e a paisagem de Santo Amaro da Imperatriz/SC. Acervo de autora, 76

**Fotografia 3** - Projeto “Conhecendo a Natureza do Pest”. Acervo da autora, 80

**Fotografia 4** – Idem, 81

**Fotografia 5** – Idem, 81

**Fotografia 6** – Idem, 82

**Fotografia 7** – Mobilização em Vargem do Braço, 89

**Fotografia 8** – Idem, 89

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA  
EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL DE  
SANTA CATARINA S/A  
FATMA - FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA  
MP - MINISTÉRIO PÚBLICO  
PBZ - PLANO BÁSICO DE ZONEAMENTO  
PEST - PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO  
TCC - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 1** – Parques nacionais implantados no mundo e no Brasil, 37

**Tabela 2** – Utilização das terras no município de São Bonifácio/SC, 60

## **LISTA DE GRÁFICOS**

**Gráfico 1** – Distribuição espacial (%) do Pest, 55

**Gráfico 2** – Estabelecimentos rurais em Santo Amaro da Imperatriz/SC, 65



## **LISTA DE MAPAS**

**Mapa 1** – Área de abrangência do Pest, 13

**Mapa 2** – Caracterização regional PBZ , 57

**Mapa 3** – Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC e o Pest, 60

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, **José e Maria de Lourdes**, pelo companheirismo e pelo amor dedicados a mim todos estes anos.

A **Luiz Fernando Schuch**, por seu apoio incondicional e seu amor confortante.

A minha sobrinha, **Heloísa**, por todos dias me presentear com carinho e amor.

Ao casal de grandes amigos – **Jó e Luciana Klanovicz** – por sua amizade e parceria.

Ao Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (**LABIMHA**) da UFSC – Saudades...

Ao Programa **CAPES**, pelo apoio concedido através da bolsa.

A professora **Eunice Sueli Nodari**, pela orientação (em todos os sentidos).

A **Samira Peruchi Moretto**, por toda a sua ajuda; sempre amiga.

Ao meu amigo professor **João Klug**, por seus sempre sábios conselhos.

Finalmente e especialmente a **Deus** – por tudo e por todos!

## **SUMÁRIO**

### **Introdução, 12**

O PEST como espaço de conflito sócio-ambiental, 17

### **Capítulo I**

1.1 Políticas brasileiras de utilização de recursos naturais e seus reflexos, 26

### **Capítulo II**

2.1 Princípios da criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, 43

2.2 O problema da ocupação do Pest, 46

2.2.1 Primeiro exemplo de relação territorial entre Pest e municípios: São Bonifácio/SC, 56

2.2.2 Santo Amaro da Imperatriz/SC e outras localidades, 63

### **Capítulo III**

3.1 Caseiros, nativos, sitiantes: as várias faces do problema da ocupação no Pest, 77

### **Considerações Finais, 110**

### **Referências, 112**

Webgrafia, 112

Entrevistas, 113

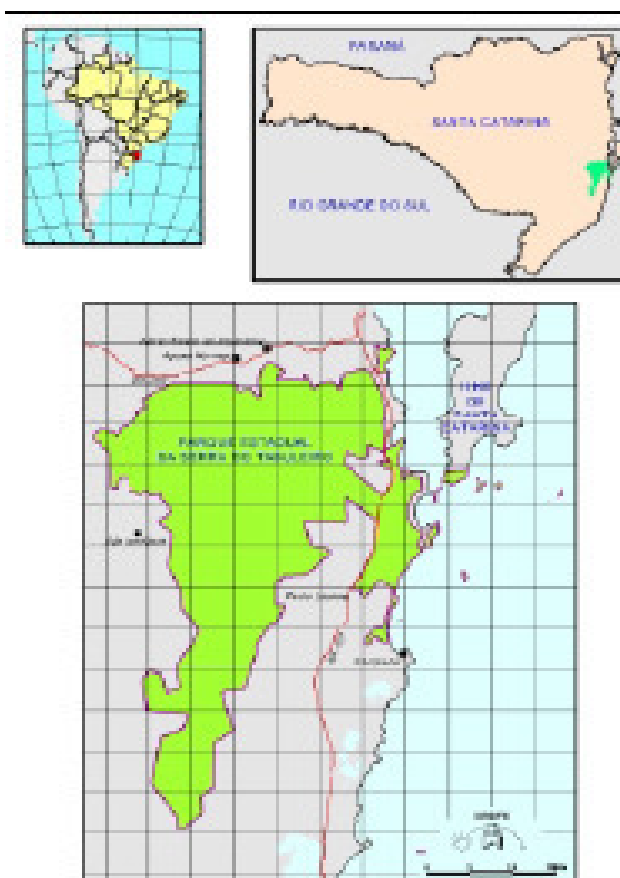
Referências Bibliográficas e Fontes, 114

## INTRODUÇÃO

Em 1980, um grupo de agricultores do município de Águas Mornas, em Santa Catarina, elaborou uma carta de protesto contra a criação de uma Unidade de Conservação (UC), que estaria impedindo o desenvolvimento de suas atividades econômicas “tradicionais” desde 1975. O documento estava arquivado nas prateleiras da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Florianópolis/SC, organismo da Igreja Católica voltado à defesa dos direitos de agricultores sem-terra, e que coordena, na atualidade, diversos projetos com vistas à conquista de direitos sobre a posse de terra por esses grupos reivindicatórios.

A UC em foco no protesto dos agricultores de Águas Mornas/SC era o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST), criado pelo governo de Santa Catarina através do decreto estadual 1.260, em 1975, e que abrange, na atualidade, nove municípios de Santa Catarina (Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes), nove ilhas (Ilha de Araçatuba, Ilha do Andrade, Ilha Papagaio Pequeno, Ilhas Três Irmãs, Ilha Moleques

do Sul, Ilha Siriú, Ilha Coral, Ilha dos Cardos e a ponta sul da Ilha de Santa Catarina), e é a maior área de conservação ambiental no estado catarinense, com 87.405 hectares, aproximadamente 1% de todo o território estadual. (FATMA, 2003: 12) A extensão do parque em relação ao Estado de Santa Catarina pode ser melhor compreendida por meio do Mapa 1.



**Mapa 1** – Área de abrangência do PEST em relação ao estado de Santa Catarina e à região da Grande Florianópolis. Fonte: FATMA, 2000.

A extensão do parque em si, e sua localização partindo do litoral para o interior catarinense, no bioma da Mata Atlântica o qualifica como um dos principais parques de conservação do Brasil, pois seu território abriga vários ecossistemas, tais como Restinga, Araucária, Floresta Pluvial

Atlântica, Matinha Nebular, Campos de Altitude e Mangues. A Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA), ao longo de sua história como autarquia, tem construído um discurso que busca nomear o PEST como “santuário da biodiversidade: “uma Unidade de Conservação de grande importância, pois além de santuário da biodiversidade, o parque guarda também as nascentes de sete rios, incluindo os que abastecem a Grande Florianópolis.’ (FATMA, 2003: 45)

Desde que o PEST foi criado, sua área foi entendida como de preservação integral, o que significou a proibição expressa da permanência de seres humanos em seu território, um modelo, ao que tudo indica, reconfigurado de parque, tomado de empréstimo das concepções conservacionistas que reverberavam no Ocidente a partir da criação, nos Estados Unidos da América (EUA), do Parque Nacional de Yellowstone, em Wyoming, Montana e Idaho, ainda em 1872.<sup>1</sup> Desde o momento da criação desse parque, o primeiro no mundo, e que acabou por disseminar uma concepção peculiar sobre a idéia de preservação da fauna e da flora, cientistas de diversas nações imbuíram-se, nas décadas seguintes, da missão de construir, também, parques com preocupações semelhantes, e as políticas conservacionistas de países periféricos sob influência norte-americana, especialmente o Brasil pós-Segunda Guerra Mundial, seguiram tardiamente esses modelos, conforme afirma Warren Dean (2002: 271) na obra *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica*.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> O Parque Nacional de Yellowstone foi criado em 1872, sendo o mais antigo parque de conservação do mundo. A constituição do parque, com pouco mais de 8.980km<sup>2</sup>, implicou a proibição da presença humana na região.

<sup>2</sup> “O modelo do Parque Nacional de Yellowstone inspirou André Rebouças, que já em 1878 pedia a criação de parques nacionais em Sete Quedas do Iguaçu. A expansão de parques e florestas nacionais nos Estados Unidos, promovida por Theodore Roosevelt, sua convocação de um congresso nacional sobre problemas de conservação e o manejo florestal de Gifford Pinchot eram muitas vezes citados por estadistas e cientistas”

Cabe aqui conceituar de onde estamos falando, especialmente o conceito de preservação ambiental. A preservação ambiental determina a preocupação com a destruição ecológica, tendo como objetivo a não agressão ao ecossistema. Conforme Donaire (1995), a preservação ambiental reflete atitudes e medidas utilizadas por uma empresa, que objetivam a proteção e conservação do meio ambiente. O antigo conceito de preservação ambiental, baseado na intocabilidade dos recursos naturais, há algum tempo foi superado e substituído por outro que condiciona a preservação a um novo modelo de desenvolvimento da civilização, fundamentado no uso racional dos recursos naturais, para que estes possam continuar disponíveis para as gerações que ainda virão. A este desenvolvimento, que não inviabiliza a sociedade mas promove a repartição justa dos benefícios alcançados, que não é movido apenas por interesses imediatistas mas sim baseado no planejamento de sua trajetória e que, por estas razões, é capaz de manter-se no espaço e no tempo, é que damos o nome de desenvolvimento sustentável.

Sobre a instalação de parques conservacionistas nos EUA do final do século XIX, recaía a tentativa de uma construção da identidade local norte-americana com base numa natureza específica, com paisagem diferenciada, que apresentava uma fauna e uma flora idealizados, “naturais”, apartadas da influência e da intervenção humanas.

Esse vínculo entre paisagem e memória, no sentido da construção de uma identidade nacional, foi amplamente perscrutada pelo historiador Simon Schama (1996), na obra *Paisagem e Memória*. No caso norte-americano dos fins do século XIX, o que estava em jogo na construção da identidade nacional era a necessidade da delimitação de uma natureza primeva isenta das marcas indígenas sobre a constituição da paisagem, o que significava traçar esforços de expropriação das terras tradicionalmente ocupadas por esses grupos.

Mas no caso, atualizado e brasileiro, da carta dos agricultores em protesto contra o PEST em Santa Catarina de 1980, pode-se pensar que o parque, uma vez instalado, também serviu de motivo para a expropriação de terras que tradicionalmente eram ocupadas por grupos sociais marginalizados em meio a um processo de modernização econômica que alcançava as imediações de Florianópolis com muita intensidade, em função da ativação da rodovia BR-101 e das políticas de incremento ao turismo regional.

Nesse sentido, a carta elaborada pelo grupo de agricultores representou não só a luta de um grupo histórico pela manutenção de suas atividades econômicas tradicionais e de sua identidade sócio-cultural, mas também uma possibilidade de discussão pública sobre a constituição e os modelos de parques ambientais no país, os problemas inerentes ao conceito de conservacionismo num momento em que o Brasil ampliava seu parque industrial e seu desenvolvimento urbano, e era um índice de que políticas públicas geridas na esfera do “macro”, acabavam por atingir de formas diferentes o cotidiano, a intimidade dos lares daqueles agricultores, por vezes, de forma agressiva.

Afinal, aqueles moradores de Águas Mornas estavam contrapondo-se a certas considerações que serviram de base para a constituição do PEST, tais como alguns itens do próprio Decreto Estadual 1.260, de 1º de novembro de 1975, assinado pelo então Governador de Santa Catarina, Konder Reis, que preocupava-se em criar a área de conservação devido a “aspectos técnicos e ecológicos (importância para a região litorânea catarinense pelo seu potencial hídrico, geológico, florístico, faunístico, climático, e paisagístico), mas também econômicos (precisamente o turismo e preservação de mananciais de abastecimento da região da Grande Florianópolis)”. (DECRETO ESTADUAL N. 1.260)



## **PEST como espaço de conflito sócio-ambiental**

Diversos autores têm-se preocupado em unir o senso comum da “crise ambiental contemporânea” e o debate científico e político acerca dessa mesma crise. Ela seria uma crise de civilização, para usar de empréstimo os termos de Roberto Martinez Santiago (2007): uma crise de modelos econômicos vigentes, em especial os industriais, mas também de modelos tecnológicos e culturais que despertaram à natureza e negaram às culturas alternas (SANTIAGO, 2007: 4) Esses modelos civilizatórios, principalmente do mundo industrial e de consumo, têm servido como agente de degradação do ambiente, de desvalorização da diversidade cultural, e desconhece o Outro (ao indígena, ao pobre, à mulher, aos negros, ao sul), enquanto privilegia um modelo de produção e um estilo de vida insustentáveis, que se tornaram hegemônicos no processo de globalização. (Id.)

Tudo isso com o objetivo de entender a exploração humana da paisagem em termos objetivos de uma relação vertical e agressiva dos humanos frente a espaços que representariam a continuidade de uma biodiversidade “anterior” à idéia de exaustão de “recursos naturais”, de maneira geral.

Tal interpretação da posição humana frente aos espaços naturais representa a essência do que conceituou como objetividade da crise ambiental, numa perspectiva de “colapso entre o crescimento econômico material e a base finita de recursos”. (ACSELRAD, 2004: 13) Segundo Henri Acselrad (2004), essa compreensão de política ambiental que serviu de base para a criação de diversas UCs, a médio prazo, e tendo por

princípio o objetivismo da “crise ambiental”, tendeu a desconsiderar o processo social de construção da noção de “ambiente”, fetichizando o mundo material. Esse princípio objetivo do entendimento dos problemas ambientais, que conceituou o humano como agressor-sujeito e a paisagem como objeto agredido pressupunha o descolamento das dinâmicas da sociedade e da cultura, a nomeação dessas duas esferas separadas e, a longo prazo, a inelutabilidade da percepção coletiva do colapso tendencial, expressa numa adesão crescente e potencialmente unânime ao reconhecimento da crise iminente, um verdadeiro ambientalismo antecipatório fundado em indicadores objetivos do colapso ecológico. (Id.)

O Estado brasileiro baseou-se em indicadores objetivos da crise ambiental para determinar a criação de UCs, especialmente a partir da década de 1970, portanto, tomou para si o dever de proteger áreas em risco ambiental. Contudo, há diversas formas de proteção dessas áreas, o que significa, por conseguinte, diversas formas de interpretação legais e históricas, que envolvem humanos e o entorno.

Antes de 1975, a ocupação do território que hoje compreende o PEST acontecia sem mais problemas. Pequenos agricultores produziam em áreas onde já tinham uma história familiar antiga e não havia nenhuma espécie de problematização da ocupação humana naquela paisagem, pelo menos, no que diz respeito ao aspecto jurídico da posse de terra. A documentação levantada nesta pesquisa é marcada pela ausência de problemas anteriores à decretação do parque, tanto em fontes escritas, como nos relatos aqui apresentados. Tal situação corresponde, no meu entender, que o debate público em torno da área do PEST só emerge, mesmo, a partir de sua efetiva criação por decreto. Em outras palavras, a ocupação só passou a ser questionada a partir daí.

Poderiam ser notados alguns indícios da constituição de uma “crise” que envolveria o PEST no momento de sua criação, mas esse problema só emergirá a partir mesmo da publicação do decreto de instalação do referido parque, e que levaria, então ao surgimento de uma situação de conflito de interesses entre Estado e populações locais, projetos de desenvolvimento econômico e atividades de subsistência, e tentativas de “acostumar” as mentes populares à idéia de preservação do PEST, preconizada, agora, por lei. É nesse sentido que os discursos da FATMA, do Estado e das populações atingidas pela criação do PEST, confrontavam-se a partir de 1975.

O decreto 1.260/1975 não criminalizava o ocupante do território do PEST, mas as considerações e os argumentos que buscavam preservar a área com fins econômicos praticamente impedia que os antigos moradores do espaço pudessem continuar a desenvolver suas atividades locais de subsistência. Assim, a carta publicada pelos agricultores de Águas Mornas em 1980 não é só resultado da constituição legal do parque, mas também do sufocamento de suas práticas, com base num paradoxo: a preocupação em preservar o território significava, ao mesmo tempo, destruir atividades tradicionais de baixo impacto ambiental.

O parque transformou-se em problema político, jurídico e ambiental, com discursos de defesa e de ataque, estratégias de resistência por parte de alguns moradores do seu interior com vistas a manter suas habitações na UC. A situação tornou-se mais complexa ainda, pois, apesar de o decreto de criação do parque ser de 1975, até o momento (2008), não há indenizações aos diversos atores que ainda permanecem no interior da unidade, e o Estado parece não ter tomado as devidas providências, de imediato, para solucionar o problema.

O Promotor de Justiça José Eduardo Cardoso, bacharel em Direito, responsável pela Promotoria Temática da Serra do Tabuleiro (4ª Promotoria de Justiça de Palhoça/SC), dedica-se à questão do PEST desde 2000. Ele assim descreve sua trajetória de envolvimento com o parque e caracteriza o problema:

Eu nesse tempo todo que tenho me dedicado ao tema por preocupação profissional e como pessoa... primeiro é preciso divulgar o Parque! Em seguida, seria o Estado chamar a responsabilidade para si e assumi-la de maneira competente e rápida, cumprindo a Legislação, pagando as indenizações, demarcando o parque efetivamente. Fazer o que há muito tempo já está na legislação. Não é preciso inventar nada! O problema existe o longo do tempo. E talvez o maior problema seja, justamente, esse tempo. O cadáver está apodrecendo em público e ninguém toma uma medida! (CARDOSO, 2007) (grifo meu).

E continua:

Para um problema tão longo talvez não se tenha uma solução rápida. Mas ela é simples. Se fizer o pagamento das indenizações, um planejamento para a desocupação dos locais mais importantes, você consegue implementar o Parque. Mas é preciso que haja estrutura física e vontade política. (Id.)

A figura de linguagem do cadáver expressa a preocupação estatal com referência ao parque, por parte do Ministério Público da União (MP), mas também descreve a situação de conflito de interesses com relação à implementação ou não do PEST. Mas também simboliza e marca um interesse e uma concepção precisa de crise ambiental por parte do MP, qual seja, a de que determinados locais dentro do parque seriam mais importantes, do ponto de vista econômico e ecológico, do que outros, e

esses espaços caracterizariam melhor o problema de conflito entre ocupação humana e colapso da biodiversidade ou, mais precisamente, o risco de poluição de mananciais que fornecem água para a região da Grande Florianópolis.

Como já afirmei anteriormente, a caracterização objetiva dessa crise, desses conflitos ambientais são construções históricas, ou seja, nem sempre existiram, nem sempre foram alvo de publicidade e de reivindicações. Há uma historicidade, uma capacidade de imputar aos discursos que descrevem a área do parque e as atividades ali existentes, circunstâncias que a transformaram em conflito.

Nesse sentido é que o enfoque dado à pesquisa buscou compreender e discutir a formação das UCs e suas implicações sociopolíticas nas regiões, nos municípios que são atingidos diretamente pelo PEST. Ao findar um estudo preliminar em nível de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o contato com diferentes fontes de informação, associado à aquisição de leituras mais amplas relacionadas ao tema fizeram com que outras questões pudessem ser colocadas sobre aquele primeiro documento dos agricultores de 1980, e sobre a constituição das UCs, por outro lado. A partir da construção conceitual de UC, o projeto partiria, agora, da premissa de se pensar, como acreditavam os próprios agricultores da carta de 1980, “um ambiente sadio, ecologicamente equilibrado, que não privasse as futuras gerações de desenvolverem-se economicamente”. Esse problema veio a ser discutido em oportuno estudo de Agripa Faria Alexandre, que tomou o caso como exemplo para tratar a idéia de prática ecológica no Brasil. (ALEXANDRE, 2006)

A reação dos agricultores de Águas Mornas traz à tona os projetos de vida engendrados e marcados no território do parque, a forma como o ambiente é diferentemente representado e usado/apropriado na vida cotidiana dos indivíduos envolvidos direta e indiretamente na questão do PEST, e, sobretudo, as práticas do espaço a partir da concepção que esses grupos e pessoas alimentam sobre “natureza”, “meio ambiente”.<sup>3</sup> Mas tratam-se de práticas ora legitimadas, ora tornadas ilegais, devido à construção judicial, também, das idéias de “meio ambiente” e “natureza” a partir do Direito Ambiental e da legislação pertinente.

Essa construção do direito ambiental no Brasil e as implicações ora positivas, ora negativas para as populações que vivem ou viviam tradicionalmente em áreas declaradas, posteriormente, como de preservação, é histórica e foi amplamente esquadrihada pelo historiador José Augusto Pádua, na obra *Um Sopro de Destruição*. (PÁDUA, 2002)

Mais do que tratar da história ambiental num Brasil colonial e imperial, o autor trabalhou exaustivamente a construção intelectual e jurídica da idéia de natureza, elaborando uma espécie de radiografia das posições judiciais em torno da discussão sobre o tema desde o século XVIII na América Portuguesa.

Nesse sentido é que algumas questões começaram a interferir e orientar, em certa medida, a pesquisa ora apresentada, girando em torno das relações entre aqueles que vivem nas imediações do PEST e dentro dele desde 1975 e as políticas preservacionistas e posições do Poder Judiciário em torno da legitimidade do parque. Em outras palavras, a

---

<sup>3</sup> Um estudo de caso sobre o papel do meio ambiente e suas representações em Santa Catarina pode ser encontrado em KLANOVICZ, Jó. **Natureza corrigida**: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990). Florianópolis, 2007. 311f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

caracterização do envolvimento, do interesse e do papel do Estado na legitimação do parque e nos jogos de desapropriação ou não de áreas nas quais agricultores e outros indivíduos vivem ou viveram, com vistas à transformação daquele território em área de preservação integral. Esses dois questionamentos, agiriam sobre a formulação de um terceiro, ligado ao debate em torno da possibilidade de UCs oferecerem riscos ao desenvolvimento socioeconômico das regiões contíguas ao parque.

Com relação às populações envolvidas, haveria de discutir, portanto, a quem se devia responsabilizar pelo impasse conflituoso que impede, ainda, a implementação da área de preservação, e, finalmente, uma questão básica e fundamental que perpassa todo o estudo: como se modifica a relação homem-natureza a partir da idéia de “preservação”.

Os detalhes de histórias vividas e documentos que foram examinados, bem como a leitura de trabalhos de diferentes áreas do conhecimento a respeito do tema em tela, resultaram na organização de um texto que, de forma alguma, pretende esgotar o assunto, mas que buscou articular informações e conceitos que inserem a história do PEST na historiografia catarinense, por ligar uma paisagem que é, ao mesmo tempo, o resultado e o alimento de projetos de produção do espaço, ou seja, interesses, necessidades e utopias de homens reais – seres históricos, sociais e culturais.

A elaboração do estudo contou com duas vertentes, pontos de partida de pesquisa. A primeira, realizada com a análise dos documentos em série e individualmente, buscou inferir quais estruturas sócio-espaciais dominam a análise e a discussão dos conflitos em determinados períodos. E a segunda enfatizou os argumentos das comunidades e diferentes agentes sociais envolvidos com a questão do PEST. Os métodos de investigação não estão distribuídos linearmente no trabalho, pois as

diversas fontes alternam-se, parte como fonte exclusiva na pesquisa, parte como contraponto ou complemento de outras fontes. Em cada comunidade selecionou-se uma série de fatos históricos por elas estabelecidos, que foram aproximados e ligados aos conceitos de preservação e conservação inerentes ao PEST, para melhor interpretar tais fontes.

A oralidade, sabemos, representa território escorregadio para a pesquisa histórica, e a História Oral, até três décadas atrás, serviu como instrumento de pesquisa limitado, sendo usada meramente para obter relatos com vistas a “preencher lacunas” deixadas pela documentação oficial acerca de um determinado acontecimento.<sup>4</sup> A fonte oral acabou sendo perscrutada e investigada de forma mais ampla a partir da década de 1980, especialmente quando campos diferenciados de História começaram a emergir e se estabelecer, adentrando a área das relações entre comunidades locais e a governabilidade, as relações micro-macro no que diz respeito à implementação de políticas públicas, e uma sucessiva onda de estudos sobre etnicidade, que retomaram a oralidade como capacidade de construção e publicidade de estereótipos de si e dos outros. No caso da pesquisa ora apresentada, o tema em questão, que são os conflitos em torno da criação e da existência do PEST em diversos municípios de Santa Catarina, fizeram com que eu tivesse de optar por utilizar relatos sobre problemas que tramitam, muitas vezes, na esfera judicial, ou que têm reverberação direta nesse espaço. Em diversas entrevistas, meus colaboradores “não mediram palavras” quando o tema em foco era o uso, a posse, a propriedade de terras dentro dos limites do parque. Nem seus opositores o fizeram.

---

<sup>4</sup> Atualmente, essa observação é senso comum na comunidade de História, de um modo geral e a lista de referências em torno dessa prática da História Oral “antiga” é longa, não cabendo a mim relatar cada autor.



Com o objetivo, portanto, de historicizar tais problemas, e de preservar a identidade desses colaboradores, classifiquei os relatos pelas profissões principais dos mesmos e alterei, deliberadamente, a identificação dos atores em cena. Dessa forma, os agricultores que entrevistei, nomeados por mim como agricultores, aparecem no texto com a identificação de “agricultor 1”, “agricultor 2”, agricultor 3”, sucessivamente.

O capítulo I, “Políticas Brasileiras de Utilização dos Recursos Naturais e seus Reflexos”, pretende historiar os discursos que impulsionaram as preocupações a respeito de planejamento e da gestão ambiental a partir da década de 1970 no Brasil e em Santa Catarina. É nesse momento de pesquisa para a preservação ambiental, que o PEST foi criado. Dessa forma, o capítulo também historia o processo legal de criação dessa área de preservação.

O capítulo II, “Princípios da Criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro” trabalha quase que exclusivamente com a história da formação do parque, em meio aos embates iniciais sobre as relações entre comunidade intra e extra-parque com a política conservacionista formalizada por meio de decreto.

O terceiro capítulo, “Caseiros, nativos, sitiantes: as várias faces do problema da ocupação no PEST”, trata, por fontes orais, das relações históricas tecidas entre a população local e o papel atual desempenhado pelo estado nos rumos do PEST.

# **CAPÍTULO I**

## **1.1 Políticas Brasileiras de utilização dos recursos naturais e seus reflexos**

A resposta da sociedade a um problema depende de instituições políticas, econômicas e sociais e de seus valores culturais. Tais instituições e valores afetam o modo como as sociedades resolvem (ou tentam resolver) seus problemas. (Jared Diamond)

Este capítulo pretende historiar os discursos que impulsionaram as preocupações a respeito de planejamento e da gestão ambiental a partir da década de 1970 no Brasil e em Santa Catarina. É nesse momento de pesquisa para a preservação ambiental, que o PEST foi criado. Dessa forma, o capítulo também historia o processo legal de criação dessa área de preservação.

Para tanto, buscou-se responder a duas questões, fundamentais para entender o processo de formação do PEST e os conflitos sócio-culturais que permeiam todo o histórico dessa área de preservação. A primeira, sobre os discursos de planejamento ambiental do período anterior à formação do parque; ou seja, de que forma começou a serem pensadas as formas de conservacionismo, e qual a finalidade específica da formação de áreas de preservação no Brasil.

A segunda, acerca das políticas de legitimação do PEST, ou seja, as medidas adotadas para integrar a área do parque aos planos de desenvolvimento sustentável para o Estado de Santa Catarina. A crise ambiental atual, para Enrique Leff (2001), é propulsora de mudanças econômicas, sociais e científicas, uma vez que a história do mundo reflete-se como um “erro platônico”, no momento em que engendrou a ciência moderna como dominação da natureza, o que produziu a economização do mundo.

Ou seja, a exploração excessiva dos recursos naturais tornou a relação entre sociedade e meio ambiente preservado, um campo conflituoso, pois a extração de água, de frutas, de madeira, de minerais e até mesmo do ar, não eram discutidas ou questionadas, por serem entendidas como “dádivas” da natureza ao homem, bens livres e inesgotáveis.

Nesse sentido, o ambiente não pode ser considerado apenas uma realidade visível, mas também uma convergência de processos físicos, biológicos e simbólicos, que, por meio das ações econômicas, científicas e técnicas do homem, são continuamente reorganizados e reconduzidos. (LATOUR, 2005: 34)

A organização de parques de preservação veio subverter a ordem natural do ambiente como “dádiva”, inserindo a premissa da adaptação de territórios que variam de região para região, adaptação essa que, muitas vezes, e especialmente no Brasil, carecem, ainda, de avaliações mais precisas que correspondam a realidades ambientais distintas – considerando relações físicas, bióticas, econômicas, sociais, culturais e que ofereçam uma série de fatores ou contribuam para a transformação ambiental. (LEFF, 2001: 239)

No Brasil, esses cuidados de avaliação, bem como o sistema de preservação ambiental foram constituídos tardiamente e as críticas ambientais surgidas entre os séculos XVIII e XIX – caracterizadas como reação ao modelo explorador colonial baseado no latifúndio, no escravismo e na monocultura e mau uso da terra – são exemplos de que a devastação ambiental aqui corrente tinha ligação direta com a ausência de políticas efetivas de controle das intenções humanas sobre o espaço. (SANTILLI, 2005: 45)

Mas essas críticas não se estabeleceram como políticas enraizadas de exploração racional dos recursos naturais, uma vez que a projeção de medidas para o desenvolvimento socioeconômico do território brasileiro não permitiu qualquer forma de restrição ao uso dos recursos naturais, posto que estes eram, por excelência, a fonte de riqueza dos empreendedores.

Além disso, a lógica produtiva existente nos espaços requeridos para as áreas de preservação foram de encontro às políticas desenvolvidas para conservação. De fato, a conservação ambiental apresenta-se como um tema bastante recente em nossa sociedade, e que ainda esbarra nas políticas desenvolvimentistas do país.

José Augusto Drummond, ao analisar a Legislação Ambiental Brasileira de 1934 a 1988, afirma que o tema do meio ambiente não está inserido como uma questão específica da regulamentação política e de interesse público até o fim daquele período. (DRUMMOND, 1997: 128)

O autor faz uma contextualização das primeiras medidas adotadas no país, e do caráter desenvolvimentista da utilização dos recursos naturais:

Até 1988 o Brasil nada teve de ambientalista. Pelo contrário, o período foi desenvolvimentista, no pior sentido que o termo pode ter para quem se preocupa com ambiente natural. Não é que o desenvolvimento socioeconômico seja incompatível com a qualidade ambiental, nem que o atraso econômico seja necessariamente benigno ao ambiente natural. No caso, a nossa sociedade e seus governos se mobilizam pelo crescimento econômico a qualquer custo". (Id.)

Após constatar uma falta de controle e interesse por parte das autoridades brasileiras responsáveis pelo planejamento de desenvolvimento econômico e social em estabilizar a utilização dos recursos naturais, Drummond traça uma linha de análise sobre as políticas desenvolvimentistas brasileiras, concluindo que, De fato, foi entre as duas guerras mundiais que o Brasil acelerou o seu crescimento industrial, inclusive com políticas governamentais agressivas a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945), especialmente na ditadura do estado Novo (1937-1945). (Id., p. 25)

Do mesmo modo, Drummond assinala que as mudanças drásticas no sistema governamental tampouco revolucionaram a forma de exploração de recursos:

Já na década de 1950, restabelecida a democracia política, o “desenvolvimentismo” virou uma unanimidade nacional que levou o governo e a sociedade a se empenharem em fazer do Brasil uma potência econômica. Em 1964 entramos num longo período de ditadura militar, mas ela herdou e aprofundou o projeto desenvolvimentista, e teve amplo apoio social nesse aspecto. (Id.)

Para finalizar, o autor avalia que a redemocratização tem a questão ambiental como de interesse de uma minoria:

O fim da ditadura militar em 1985 pouco diminuiu a fixação dos nossos políticos [...] países ricos, investidores, ambientalistas estrangeiros, junto com cientistas e movimentos sociais brasileiros, passaram a considerar a devastação ambiental não mais como vantagens que o país detinha na competição internacional, mas como custos deletérios, evitáveis e, no limite, intoleráveis. (Id.)

Nesse mesmo sentido, Juliana Santilli analisa que a questão ambiental até a década de 1980 tem como entrave a inconsistência das leis ambientais. Segundo a autora, verifica-se nas leis ambientais editadas uma orientação conservacionista, voltada para a proteção de ecossistemas e espécies, mas sem uma dimensão social claramente incorporada. (Santilli, 2005: 29)

É nesse contexto que se inicia uma série de medidas e programas de ordem internacional, buscando uma forma de conservação da natureza que mantivesse os processos ecológicos essenciais para que a natureza continuasse a prestar serviços vitais.<sup>28</sup>

Mas no caso de países como o Brasil, houve uma certa estagnação ao considerar a perspectiva de desenvolvimento, que não considerou uma posterior escassez de recursos naturais.

Ainda segundo Drummond, os principais regulamentos ambientais de 1934 a 1988 não tiveram como objetivo a preservação dos recursos, agindo apenas como uma forma de controle racional de exploração econômica. (DRUMMOND, 1997: 145) Isso exemplifica-se pelo Código de Águas, ou Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934, que separava propriedade privada dos recursos minerais e hídricos associados à terra, o que não contribuiu para a preservação, uma vez que não impediu que estes recursos fossem intensamente explorados e consumidos por inúmeros órgãos e empresas, como o exemplo específico dos projetos hidrelétricos que tornam o Brasil uma potência a nível mundial. Drummond demonstra e afirma desta forma, que a simples intervenção governamental não significam políticas preservacionista.

Outra medida importante, segundo Drummond nesse mesmo período, foi a elaboração do Código Florestal, Decreto 23.793, de 23 de janeiro de 1934, que também separou a propriedade privada da terra dos direitos de uso da flora nativa a ela associada. Essa medida também não se refletiu de forma preservacionista, uma vez que, por falta de capacidade reguladora, o caráter público da flora praticamente submergiu aos diversos interesses e usos particulares dela, muito embora a lei formalmente exigisse concessões específicas para quaisquer aproveitamentos florestais.

(Id.) Contudo, o Código Florestal inovou ao classificar as florestas segundo planejamento de preservação, em quatro tipos: protetoras, remanescentes, modelo e produtivas.

Dentre estas, as florestas remanescentes são aquelas localizadas em Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, que estariam sob regime de preservação permanente. Posteriormente, verifica-se a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), pelo Decreto 73.030, de 30 de outubro de 1973, ligada à Presidência da República e depois, em 1989, incorporada ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que instalava, desde o fim da década de 1970, suas próprias Unidades de Proteção Ambiental, chamadas de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (APAs), que se distinguem conceitualmente de parques e reservas biológicas, pois as estações previam experimentos científicos e as APAs abarcavam áreas degradadas e intensamente usadas. (DRUMMOND, 1997: 143)

Segundo Juliana Santilli, com a criação da Sema, pela primeira vez na história do país, estabeleceram-se os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, por meio da instituição do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), tratando o meio ambiente de forma sistêmica.<sup>32</sup> Sobre esse processo, a autora afirma que:

Até então as leis tratavam os bens ambientais de forma isolada e desarticulada – águas, florestas, fauna: cada recurso ambiental era regulado em um instrumento jurídico separado: código das águas, código florestal, lei de proteção a fauna, etc; e não havia um instrumento jurídico que considerasse a política ambiental como um todo articulado e sistêmico. (SANTILLI, 2005: 29)



Historicamente, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente torna legalmente obrigatória a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras. Estabelecida em 1981, essa Lei buscou padrões e mecanismos capazes de colocar em prática o desenvolvimento sustentável, orientando setores públicos a nível Federal, Estadual e Municipal. Segundo Santilli:

Foi também a primeira lei a conferir legitimidade ao Ministério Público para promover responsabilidade civil e criminal por danos ambientais, embora só em 1985 o Ministério Público tenha passado a contar com um instrumento processual eficiente para responsabilizar civilmente os autores de danos ambientais, com a edição da Lei nº 7347/85, que cria a ação civil pública”. (SANTILLI, 2005: 132)

Desse modo, há um avanço bastante grande da política ambiental na década de 1990 e a partir do ano de 2000, especialmente após a Lei nº 9433/97 (que institui o Sistema Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 9985/2000 (que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza), que romperam com a orientação conservacionista e passaram a prever mecanismos e instrumentos de gestão de bens socioambientais.

Pode-se perceber, então, que a questão ambiental sofre um processo de coesão, onde políticas isoladas passam a ser controladas por instrumentos de gestão governamentais. Contudo, as medidas instituídas no período anterior aumentaram a distância entre a consolidação da gestão ambiental e as políticas desenvolvimentistas.

Conseqüentemente, a preocupação com as questões ambientais continuou a não ser prioridade no que tange a medidas efetivas de controle de exploração. A década de 1970 foi marcada pelo avanço desenfreado da

economia através da exploração da natureza. Tanto é que, o modelo de desenvolvimento agrícola adotado nesta década baseava-se na intensiva utilização de sementes melhoradas (sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos) e uma grande mecanização do manejo agrário, conhecido como “revolução verde”. (PONTIG, 1995)

É claro que a agricultura não representa diretamente, uma exploração da “natureza natural”, mas sim de uma paisagem já domesticada para fins econômicos. Contudo, a consolidação do processo de modernização passou, obrigatoriamente, pela etapa anterior de devastação de áreas de floresta com vistas ao plantio de diversas culturas, principalmente em regime de monocultivo, o que representava, em última análise, a alteração de regimes ecológicos.

No Brasil, o primeiro Parque a ser criado foi o de Itatiaia, em 1937, com o objetivo de incentivar a pesquisa científica e como alternativa de lazer para as populações urbanas. Até então a criação das Unidades de Proteção Integral ainda não levava em consideração a existência de populações vivendo no seu interior ou arredores.

A preocupação com a formação de áreas ambientais protegidas só alcançou expressão significativa no Brasil a partir de 1970, com as conferências da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para o estudo das possibilidades de aproveitamento eficiente dos recursos da natureza.

Mas entre 1937 e 1964 criaram-se 16 Parques Nacionais e 32 Florestas Protetoras da União, 36 o que prova uma boa capacidade de previsão dos engenheiros florestais do período, garantindo a preservação de importantes ecossistemas brasileiros, bem como permitiu o renascimento espontâneo de outros. (DRUMMOND, 1997: 132) O termo

Floresta Protetora era uma figura jurídica, encontrada pelo Estado brasileiro para implementar sua política conservacionista. Ressalta-se que o conceito parece transformar a floresta num sujeito capaz de reproduzir a sua própria proteção, mas, na verdade, a floresta, mais que “protetora”, tornava-se protegida pela lei.

No entanto, o confronto entre a lógica econômica e as políticas de preservação ambiental apresenta-se, segundo Cristina Adams, devido aos graves problemas de distribuição de terras, pobreza e fome existentes em países em desenvolvimento, caracterizando o conceito de áreas naturais protegidas como intocáveis, (ADAMS, 2003: 27) uma vez que estes espaços são usados, invariavelmente como fonte de recursos por sua abundância e pelo precário ou inexistente controle dessas áreas.

A criação de Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, mediante determinação do poder público, foi estabelecida pelo Código Florestal, Lei 4.771, de 15/09/1965, mais precisamente no art. 5º, cujo texto afirma que o Poder Público criará:

Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos; Florestas Nacionais, estaduais e municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ressalvada a Parques Nacionais, estaduais e Municipais e reservas biológicas, com cobrança de ingresso a visitantes, destinada ao custeio da manutenção e fiscalização, bem como obras de melhoramento em cada unidade, é proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos parques e reservas biológicas criados pelo poder público na forma deste artigo. (Lei Federal 4.771/1965)

Os parques ambientais são um tipo de UCs caracterizadas por grandes áreas, que apresentam peculiaridades em suas terras e seus componentes (vegetação, hidrografia, geologia, etc), geralmente pertencendo ao poder público. Esses espaços, onde a natureza é reivindicada para preservação, passam a ter suas dimensões estabelecidas segundo as relações sociais intencionalmente projetadas.

Segundo Antônio C. S. Diegues, as representações diferenciadas de natureza significam tipos de organização social e econômica diferentes [...] e cada um destes sistemas determina um modo específico de utilização dos recursos naturais, segundo uma racionalidade específica. (DIEGUES, 2004: 64)

Os parques ambientais nacionais brasileiros foram geridos desde 1930 pelo Ministério da Agricultura. Em 1967 passaram para a égide do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e, desde 1989 são de responsabilidade direta do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). BRIGHTWELL, 2006: 61)

Diegues (2004) aponta para um aumento significativo de áreas naturais protegidas por década no Brasil e no Mundo. Nesse sentido, o autor identifica essas áreas colocando-as em relação ao tempo e constata que, antes de 1900, enquanto havia 37 parques no mundo, o Brasil não apresentava sequer uma unidade de conservação, apesar das propostas formuladas ainda no final do século XIX.

A escalada de instalação de reservas entre os anos 1930 e 1939 apresentava 251 unidades de conservação no globo, e o Brasil correspondia agora com três parques nesse cômputo.

Entre 1940 e 1949 o Brasil não criou nenhum parque, enquanto outros países implantaram 119 unidades de conservação. O Brasil só entrará na casa da dezena de parques na década de 1980, quando terá 58 parques, frente a 781 instalados no mundo. Essa realidade pode ser melhor visualizada por meio da Tabela 1.

**Tabela 1:** Parques Nacionais implantados no mundo e no Brasil, entre 1900 e 1989

| Década        | No Mundo | No Brasil |
|---------------|----------|-----------|
| Antes de 1900 | 37       | 0         |
| 1930-1939     | 251      | 3         |
| 1940-1949     | 119      | 0         |
| 1950-1959     | 319      | 3         |
| 1960-1969     | 573      | 8         |
| 1970-1979     | 1317     | 11        |
| 1980-1989     | 781      | 58        |

**Fonte:** Reid & Miller, *apud* DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998, p.16.

Segundo Diegues, a preocupação com a proteção da biodiversidade é somente parte do motivo de significativo aumento de áreas protegidas. Outro fator condicionante foi a transformação destas áreas numa importante arma política para as elites dominantes de muitos países de terceiro mundo, como forma de obtenção de ajuda financeira externa; de modo que ficam delineados na questão ambiental problemas de caráter político social e econômico que não se reduzem a uma simples

questão de “conservação do mundo natural”, e mesmo proteção da biodiversidade. (DIEGUES, 2004: 54)

Nesse mesmo sentido, na Conferência de Estocolmo, de 1972, o surgimento da preocupação com o meio ambiente em países em desenvolvimento, sugeria estabelecer medidas e providências do rol dos direitos humanos, de forma a minimizar os impactos ambientais, contribuindo para o desenvolvimento sustentado, ou seja, a busca de um equilíbrio entre a complexibilidade do processo civilizatório, que visa progresso em descobertas, conquistas, transformações e invenções; e a sustentação da natureza que implica em renunciar alguns métodos citados para o progresso.

Em 1974, o Simpósio Integrado entre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, os países pobres enfatizaram que os problemas ambientais decorrem não só do crescimento econômico descontrolado, mas das atividades induzidas pela pobreza. A partir de então o termo “poluição da pobreza” passaria a ser usado para designar os problemas ambientais resultantes de atividades básicas de sobrevivência, como a exaustão dos nutrientes do solo através das práticas de sobrepastoreio e a destruição das florestas, causada pela crescente demanda por fornecimento de energia. (ALEXANDRE, op. cit. p. 45)

Quatro anos após a promulgação da Constituição de 1988, realizou-se no Brasil a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), um evento científico, militante e político no qual diversos documentos, propostas e agendas políticoambientais foram discutidas à luz do Direito Ambiental Internacional. (KLANOVICZ, 2007)

Desenvolveu-se, a partir de então, uma concepção equivocada de que os recursos naturais podem ser extraídos sustentavelmente, (DRUMMOND, 1997: 45) prejudicando a conservação da biodiversidade e tornando a formação de áreas protegidas um recurso ineficaz e de impactos negativos perante os projetos de desenvolvimento social.

Em 1987, o Relatório das Nações Unidas, intitulado “Nosso Futuro Comum”, conhecido como Relatório de Brundtland destaca três componentes fundamentais para um modelo de desenvolvimento sustentável: proteção ambiental, crescimento econômico e equidade social; cunhando a idéia de que o desenvolvimento deveria ser não somente ambientalmente sustentável como também socialmente sustentável e economicamente viável. Dessa forma, a análise da problemática ambiental passa a ter dimensões mais amplas.

A necessidade de pensar a preservação ambiental em consonância com os projetos desenvolvimentistas trouxe à tona a definição de sustentabilidade. Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, o termo “agricultura sustentável” determinou uma eficiência ecológica, econômica e social, garantindo ao sistema produtivista. A manutenção a longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; O mínimo de impactos adversos ao meio ambiente; Os retornos adequados aos produtores; A otimização da produção com o mínimo de insumos externos; A satisfação das necessidades humanas de alimento e renda; O atendimento das necessidades sociais das famílias e comunidades rurais.

A leitura, ainda que de superfície, sobre esse internacionalismo da legislação pertinente às áreas de preservação, indica que há uma descontinuidade no que se refere à diferença com que se aborda a questão do espaço, aqui entendido como resultado da ação humana, expressando

suas relações sociais, e a instituição de áreas ambientais protegidas. A imposição de um método de conservação em áreas de intensa ocupação e produção através da utilização dos recursos naturais limitou a regularização fundiária do espaço em questão.

Isso exige que considere-se o questionamento da viabilidade de adoção de metas quantificáveis de participação de indivíduos na gestão de áreas protegidas, uma vez que o ambiente fornece os recursos a partir dos quais os seres vivos definem seu habitat, gerando uma incompatibilidade entre a conservação e a utilização dos recursos naturais.

Entre os princípios pautados na ECO-92, dois servem para caracterizar melhor as questões conflituosas na Implementação do PEST. Não se pode afirmar que houve uma espécie de “transmissão” dos problemas debatidos diretamente na conferência para o cotidiano de diversos indivíduos que vivem no entorno e no interior do parque, mas, externamente, as preocupações decorrentes da necessidade política de participação social na gestão ambiental de territórios protegidos, bem como o acesso liberado à informação sobre as questões ambientais acabou reverberando na perspectiva social de construção desses indivíduos como agentes políticos e reivindicatórios no que diz respeito ao próprio PEST.

O próprio MPF, ao tratar diretamente da questão do PEST passou a considerar como primordial uma dupla via de ação para a resolução dos conflitos sócio-ambientais daquele território, que passasse pela rapidez do Estado em indenizar famílias residentes na localidade, além de buscar novos locais de assentamento para os ex-moradores do parque, e que as famílias também buscassem discutir as possibilidades de preservação da área com base nas experiências históricas de convivência naquele ambiente.



Os movimentos sociais articulados aos movimentos ambientalistas partir da década de 1980 deram origem ao que posteriormente chamou-se de socioambientalismo brasileiro, que segundo Santilli (2005), foi construído com base na idéia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental.

Apesar da preocupação legal sobre a inclusão dos anseios populares em torno das áreas de preservação, os estudos ambientais necessários à consecução da lei têm dificuldade em adotar metodologias capazes de responder a realidades ambientais distintas e às diversas naturezas dos estudos requeridos. (SANTILLI, 2005: 56)

A situação torna-se precária quando o objeto de trabalho envolve, além dos estudos de impacto ambiental, o zoneamento ambiental, gerenciamento ambiental e ecodesenvolvimento regional. Esses são recursos de ordem técnica e institucional para fiscalizar e executar as leis; onde respectivamente previnem as ações degradantes do meio ambiente, delimitam o espaço geográfico, estabelecendo regimes especiais de uso e utilização do espaço, servem como ferramenta de controle e buscam novas alternativas de produção em áreas protegidas.

Manifestam-se assim, duas ordens estruturais para os conflitos instaurados na implementação de áreas protegidas. A primeira, de caráter institucional, onde as normas que regem a existência da área de preservação não se identificam com o modo de captação de recursos ou de sobrevivência da área povoada, tanto no que se refere ao plano político público, quanto a esfera privada. E a segunda, direciona-se as atividades de utilização dos recursos naturais; ou seja, na série de práticas que caracterizaram a relação entre homem e meio ambiente como conflituosa e insustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável sugere busca de um equilíbrio entre o processo civilizatório, que visa o progresso em descobertas, conquistas, transformações e invenções; e a sustentação da natureza, que implica em renunciar alguns métodos citados para o progresso. Armando Dias Mendes, ao trabalhar sobre natureza e cultura como base para um desenvolvimento sustentável questiona: Qualquer empresa humana consome a natureza, não a sustenta: Atenta contra ela em maior ou menor grau. Mas se a natureza do mundo for destruída, já não poderá ser construída a empresa do homem.

Como fugir do oxímoro? São questões como estas que tornam a questão ambiental um tema de relações sociais tensas. As disparidades que o modelo político de preservação apresenta soma-se aos problemas de utilização do espaço; este aqui entendido como uma representação cultural, resultado da ação dos homens, nas formas diferenciadas de organizar o mundo envolta e os interesses que estão em questão. (ARRUDA, 2000)

A complexidade da questão ambiental no Brasil caracteriza-se como uma questão multifacetada. Inicialmente, os grupos ambientalistas limitaram-se aos problemas ambientais urbanos decorrentes da poluição industrial. (FATMA, 2003: 43) Sobre este assunto, Agripa Faria Alexandre afirma: “As atividades econômicas relacionadas com a apropriação do meio rural, principalmente aquelas referentes ao desmatamento, erosão e poluição dos rios pelo uso de fertilizantes e herbicidas, não recebiam a atenção devida da política ambiental.” (ALEXANDRE, op. cit. p. 50)

No Estado de Santa Catarina, os problemas oriundos da utilização inadequada dos recursos naturais intensificaram-se com a ocupação do espaço resultante de processos migratórios, pelo êxodo rural

e instalação de unidades industriais, incentivados inicialmente pelas políticas desenvolvimentistas adotadas no país nas décadas de 1950 e 1960, e também mais recentemente, pelos incentivos concedidos ao turismo em massa. (Id.)

Em Santa Catarina, as Unidades de Conservação são de responsabilidade da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA), que é um órgão recente, datando sua fundação de 1975, com a finalidade, segundo seu regimento:

Resguardar os atributos excepcionais da natureza, mantendo a proteção de toda fauna e flora, bem como as belezas naturais, podendo estas ser utilizadas para fins científicos, culturais e recreativos, ficando proibida a exploração de recursos naturais, exceto para visitação pública, sobre a qual poderá ser cobrado ingresso. (BRASIL SNUC op. cit.)

A história da criação deste órgão confunde-se com a história da criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que foi criado no dia primeiro de novembro de 1975, através do Decreto N/SETMA nº 1260, assinado pelo então Governador do Estado Antônio Carlos Konder Reis, por intermédio, incentivo e trabalho de Pe. Raulino Reitz, que representava um dos maiores conhecedores de campo sobre a biodiversidade no Estado de Santa Catarina.

Nascido em Antônio Carlos/SC, em 1919, Raulino Reitz dedicou grande parte de sua vida aos estudos zoobotânicos, participando diretamente da criação de Unidades de Conservação. Ele é autor da minuta do decreto que criou a FATMA, onde permaneceu como fundador, diretor e pesquisador de 1976 a 1986, quando foi transferido para a

Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S/A (Empasc). (FATMA, 2006)

A demarcação de parques é uma problemática que desafia governos. A forma de ocupação do território, queimadas, apropriação de recursos como a madeira, a falta de fiscalização e leis pouco rigorosas constituem-se como elementos de entrave para sua legitimação.

Segundo Agripa Faria Alexandre (2005), as contribuições mais comuns sobre os problemas relacionados ao meio ambiente e desenvolvimento estão fortemente marcados pelo viés descritivo e pouco incisivo no que tange as reais preocupações que os problemas suscitam para a mudança de atitudes e comportamentos.

A polêmica se coloca na relação entre a produtividade e a necessidade de proteger de forma integral o meio ambiente, tornando difícil um entendimento quanto à utilização do território. O direito à propriedade é um dos institutos jurídicos mais afetados pela Legislação Ambiental, estando seu conceito em condições de sofrer alterações para que seja compatível com a proteção ambiental.

A natureza e a sociedade têm sua relação baseada no trabalho e na Organização dos recursos naturais para este fim. Dessa forma, as alternativas buscadas para utilizar diretamente o espaço de uma área de preservação ambiental implicam em colocar uma outra perspectiva, que considere a limitação geográfica e o cotidiano cultural das populações envolvidas.

Agripa Faria Alexandre utiliza o conceito de “modo de apropriação” na análise dos conflitos socioambientais no Brasil, que inclui: Os sistemas de valores e de representações cognitivas dos atores sociais

envolvidos direta ou indiretamente nos conflitos; os usos possíveis dos recursos; as modalidades de acesso e do controle do acesso aos recursos; as modalidades de transferência do direito ao acesso de recursos; e as modalidades de repartição ou partilha dos recursos e os frutos de sua exploração. (Id.)

Estes modos de análise reforçam a necessidade de um desdobramento de discussões no plano institucional de preservação ambiental. A intervenção estatal para preservar o meio ambiente, ao limitar demasiadamente o uso do território, tem o dever jurídico, estabelecido pelo direito de propriedade, de indenizar o proprietário, de modo a conciliar os interesses particulares de produção, com os interesses coletivos de função social e preservação ambiental. Porém o custo dessas indenizações para o estado é bastante alto, o que torna a implementação de áreas protegidas um confronto entre a esfera privada de utilização do território, a esfera privada de cunho estatal, e a esfera pública de preservação ambiental.

## **CAPÍTULO II**

### **2.1 Princípios da criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**

Ao decreto de criação do PEST em 1975, seguiu-se a elaboração do Plano Diretor do Parque no ano seguinte, visando sua efetiva implementação. As pesquisas e informações sobre clima, hidrografia, flora, fauna, aspectos sócio-econômicos, entre outras, serviram de base para a assinatura de um outro decreto, o Decreto Estadual n. 2.335 de 17 de março de 1977, que anexava mais áreas ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que seriam, segundo o geógrafo José Schmitz:

Os Mangues dos Rios Cubatão e Aririú, mais as terras de marinha; Ilha do Largo e as Ilhas do Andrade, Papagaio Pequena e Papagaio Grande; Sopé do Morro dos Cavalos; Delta interno do rio Maciambu; Ponta dos Naufragados; Ponta da Gamboa; As areias de Macacu e lagoa do Siriú. (SCHMITZ apud FORTKAMP, mimeo)

É interessante ressaltar que o histórico do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro apresenta uma série de anexações e desanexações, que, apesar de modificarem muito pouco a extensão da área de preservação, inserem-se de maneira interessante no processo de regulamentação fundiária do território. Segundo a proposta de zoneamento elaborada para o Parque em 2002, foram incorporados mais 1.710 hectares ao território de 1979.

Por outro lado, em 1979, o Governo do estado lançou outro Decreto nº 8.857, de 11 de setembro, que desanexou áreas que, de acordo com organismos ambientais governamentais de hoje, eram de extrema relevância ambiental: 1. Área em São Bonifácio, entre o perímetro urbano da sede do município e as terras da CIAMA (Companhia Madeireira Santo Amaro Indústria e Comércio); 2. Área em Queçaba, município de ÁguasMornas; 3. Área na face norte do Morro Queimado, em Santo Amaro da Imperatriz; 4. Área da Enseada do Brito, Morro dos Cavalos, em Palhoça; 5. Área das praias da Pinheira e Sonho, e próximas da Pinheira e Sonho, e próximas às vilas da Pinheira e Guarda do Embaú, em Palhoça. (FATMA, 2003: 10)

Desta forma, o PEST passou a abranger territórios de nove municípios: Águas Mornas, Florianópolis, Garopaba, Imaruí, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio e São Martinho. E sua parte marinha passou a compreender as Ilhas da Fortaleza, Papagaio Grande e Papagaio Pequena, Três Irmãs, Moleques do Sul, Siriú, Coral, Cardos e o sul da ilha de Santa Catarina, em Florianópolis. (Id.)

O Parque caracteriza-se fisicamente, iniciando no litoral, pela paisagem da restinga, com dunas e mangues, campos de gramíneas e arbustos, além de uma vegetação arbórea bastante densa e uniforme. A fauna da região é riquíssima, tendo sido comparada a do Pantanal Mato-

grossense pela sua diversidade. A vegetação da Floresta Pluvial da Encosta Atlântica, que é a vegetação que se inicia na restinga e sobe a encosta da Serra do Mar. É extraordinária a variação das condições geoclimáticas; e a encosta da Serra do Tabuleiro constitui-se numa das melhores e mais representativas amostras remanescentes da Floresta tropical atlântica do sul do Brasil. É comum a ocorrência de perobas, canelas, guapuruvu e palmiteiros, merecendo a atenção a quantidade de bromélias e orquídeas, entre elas a *Laelia purpurata*, planta que é o símbolo do Estado de Santa Catarina.

Também é característica marcante a vegetação da Matinha Nebular nas encostas abruptas entre 700 e 1200 metros. São árvores de porte menor, com troncos tortuosos e copas quase sempre irregulares e abertas. É uma mata mais homogênea, composta por menor variedade de plantas e recebe este nome por estar quase sempre coberta de neblina.

No planalto, a vegetação dos pinhais é facilmente identificável nas copas características das araucárias. No Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, essa formação está representada por pequenos núcleos de pinhais na parte da Serra do Capivari. Os campos de altitude estão situados nas pequenas chapadas do alto da Serra do Tabuleiro, são cobertos em sua maior parte por gramíneas, tiriricas e outras ervas, podendo ocorrer a formação de capões. (INSTITUTO SYNTHESIS, 2003: 3)

De modo geral, podemos designar duas grandes fisionomias que compõem o território do PEST. A serrana, composta pelas Serras do Tabuleiro e do Cambirela, além da parte da serra do Capivari; e o ambiente da Planície Litorânea, que vai desde a foz do rio Massiambu, até a Gamboa, excluindo as praias da Pinheira e do Sonho e a vila da Guarda do Embaú.



Sua imensa biodiversidade representada nas cinco composições vegetais que, à exceção da Floresta Estacional Decidual do Rio Uruguai, reúne todos os tipos de vegetação presentes em Santa Catarina, justificaria ecologicamente a criação do parque. Porém, a legislação das UCs no Estado lista uma série de motivos que justificam sua existência. Entre elas, afirma-se a necessidade de considerar as múltiplas possibilidades de lazer e turismo da área, a implantação de empreendimentos industriais que dependem do consumo de água, as atividades científicas em realização, e o imperativo de salubridade urbana que propõe a preservação de 12 metros quadrados de área verde por habitante dentro da área da grande Florianópolis. (FATMA, 2003: 60)

Entretanto, entre as mesmas justificativas para a criação da área de preservação, afirma-se que a implantação do parque não entrará em choque com as metas de desenvolvimento urbano e industrial do Estado, mas favorecerá a máquina do crescimento, compatibilizando-o com a qualidade de vida da população em sua vizinhança e servirá, ainda, como fator minimizante da poluição em suas áreas de influência. (Id.)

O discurso engendrado para o parque evidencia-se, portanto, como uma estratégia para o desenvolvimento da região político-administrativa do estado. Contudo, a atuação humana nessa área tem como principal foco a utilização dos recursos naturais para subsistência de muitas comunidades, e mesmo de expansão comercial para muitos setores sociais, como madeireiros, comerciantes, agricultores e pecuaristas.

Desta forma, além de uma questão ambiental, trata-se de uma discussão sobre parâmetros de natureza, trabalho e valor, onde o homem altera o ambiente conforme a sua maior ou menor relação com este meio.

A nomeação de zonas de preservação provocou conflitos em torno das representações que se fazem do espaço em questão. Ou seja, o mapeamento das áreas recrutadas para o PEST não significou mudanças na forma de organização social das comunidades envolvidas. Tanto que, neste sentido, o mapeamento socioeconômico do Plano Básico de Zoneamento (PBZ) do parque afirma:

A despeito de diversos (embora isolados) esforços iniciados para tentar lograr êxito nos objetivos desde a criação, a descontinuidade das ações, as pressões adversas, as indefinições, e a carência de recursos financeiros, humanos, administrativos e políticos, levaram a uma situação de sucessivas frustrações, recuos, negligências e omissões. (PBZ, p. 6)

A questão fundiária do Parque estadual da Serra do Tabuleiro apresenta-se como um “divisor de águas”, no que tange a conservação. No relatório do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (ICEPA), de 1999 consta que o decreto de criação do Parque objetivou, além da defesa do meio ambiente, também garantir o abastecimento de água para a grande Florianópolis. Desta forma, o planejamento referente ao processo de legitimação do Parque abarcou uma série de medidas; entre elas, em 1977, foi dividir a área do parque em 6 regiões (glebas), com intuito de separar as terras devolutas das particulares.

Desde então, o processo de “recuperação” das terras desenvolveu-se de forma lenta e limitada. De acordo com o levantamento sócio-econômico realizado para a elaboração do PBZ do PEST, as ações administrativas passaram por momentos distintos, através da atuação do Governo do Estado:

A primeira ação governamental no intuito de apurar a situação fundiária do Parque ocorreu no ano de 1977, quando o Estado de Santa Catarina ajuizou na justiça Estadual seis ações discriminatórias, objetivando separar as terras públicas daquelas acobertadas por título de domínio. Destas ações duas foram julgadas ineptas, sem apreciação do mérito, pois não havia experiência sobre a matéria, objeto de legislação então recente. As demais ações permaneceram tramitando na justiça Estadual e Federal, sendo que o Estado optou pela desistência das mesmas e retomou o procedimento Discriminatório Administrativo. (Vide Legislação)

Constata-se ao longo da história da implementação do Parque, uma série de medidas objetivando promover uma vinculação entre a questão ambiental e o direito de propriedade. Entretanto, já na década de 90, o projeto Microbacias Hidrográficas, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), previa o desenvolvimento de procedimentos Discriminatórios Administrativos sobre o Parque (uma Discriminatória Administrativa tem por objetivo promover a apuração das Terras Devolutas do Estado, extremando as de domínio público das de domínio privado).

A Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, promoveram a apuração das terras devolutas do Estado na área do PEST, visando atingir maior grau de detalhamento possível num trabalho de caracterização fundiária, contando com a definição de áreas de atuação, os levantamentos de ocupação, as Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais, os títulos e registros, e os diagnósticos da área (aspectos físicos, econômicos e com relação a ocupações, uso do solo e tensão social, dentre outros). (PBZ, p. 3)

Trata-se de um período de 25 anos (até a elaboração do zoneamento), em que a história da implementação efetiva do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro encontra obstáculos na regulamentação jurídica das terras. E os fatores condicionantes desta situação inserem-se no discurso de planejamento ambiental, até as políticas de implementação da área de preservação.

Segundo Agripa Faria Alexandre (2005), as formas de apropriação, uso e gestão do meio ambiente são o foco da tensão existente entre os interesses coletivos e espaços públicos e os interesses privados e tentativas de apropriação de espaços públicos.

Neste sentido, o discurso de planejamento ambiental caracterizado para a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro na década de 1970 e 1980 ainda estava em consonância com as ações prioritárias de desenvolvimento econômico do Estado. Isto porque, a exemplo de outros parques, a formação do PEST se deu quando os recursos naturais já estavam sendo devastados em larga escala; e motivo pelo qual as políticas públicas se confrontam com os interesses locais.

O PBZ assinala a falta de estratégias para a implementação da Unidade Conservação. A análise do PBZ do PEST permite acesso a uma gama muito grande de informações científicas para a consolidação da gestão ambiental. Entretanto tem como lacuna a falta de informações políticas para a efetiva implementação da área.

## 2.2 O problema da ocupação do PEST

Um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado é a questão que articula as sociedades atuais entorno de métodos de planejamento e gestão de áreas naturais. A partir desta afirmação, este subcapítulo tem por objetivo, discutir a necessidade de pensar o meio ambiente dentro da vida cotidiana das comunidades afetadas direta ou indiretamente pela formação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. E neste caso o termo afetadas refere-se ao fato de serem alguns moradores ocupantes do espaço antes da criação da área de preservação.

Nesse sentido, a questão da preservação ambiental alia-se a um panorama histórico, onde o espaço social ou local de vivência torna a natureza em questão culturalmente interpretada. Simon Schama afirma que custa imaginar um único sistema natural que não tenha se modificado, para melhor ou pior, quando se referiu ao ato de identificação e transformação da paisagem pela bagagem cultural das sociedades humanas.

A parte continental do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro compreende os municípios de São Martinho, São Bonifácio, Palhoça, Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, Paulo Lopes e Imaruí, onde os pequenos proprietários praticam uma agricultura tradicional originada dos primeiros colonizadores da região, em sua maioria de origem alemã, que ocuparam essas áreas no final do século XIX.

Segundo Neres Lourdes Bitencourt, após a fundação da colônia de São Pedro de Alcântara, os colonos de origem européia procuraram estabelecer-se nos “arredores da região”, fundando outras comunidades ao longo do vale do rio Maruim e do rio Cubatão. (BITTENCOURT, 2000: 66) As técnicas agrícolas empregadas desde o século XIX por esses imigrantes

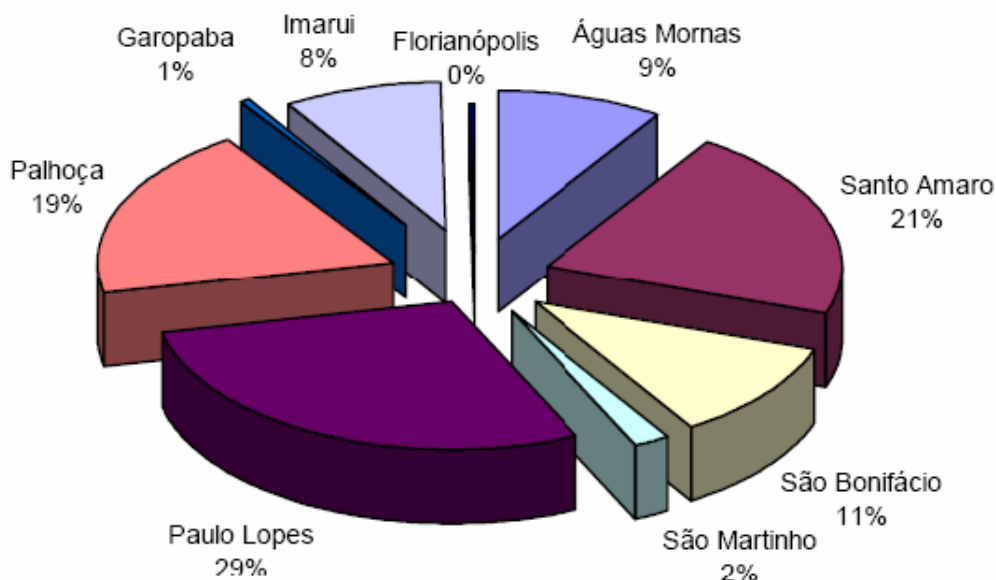
e seus descendentes são alvo de críticas, principalmente no que tange a relação entre sociedade e natureza a partir do século XX. Isto porque a exploração excessiva dos recursos naturais desencadeou um processo de reestruturação social em nível mundial que multiplicou, especialmente a partir da década de 1970, movimentos de defesa do meio ambiente.

O comportamento dos grupos envolvidos deriva de perspectivas e poderes sociais diferentes. Entre agricultores, pescadores, arrendatários, comerciantes, comunidades indígenas e empresários em geral, buscou-se uma linha de análise que permitisse um quadro histórico de ações e reações singulares em toda a extensa área do parque. Deste modo, foi escolhida a comunidade de Várzea do Braço, em Santo Amaro da Imperatriz como ponto de pesquisa. Assim, as relações são estabelecidas com as comunidades rurais dos municípios de Imaruí e Paulo Lopes, que pelo método comparativo tornam-se homogêneas na forma como percebem e discutem a questão da formação da área de preservação em sua localidade. Mas também se leva em consideração, o município de São Bonifácio, que se tornou o ponto diferencial da pesquisa realizada.

Essas comunidades, pelo método comparativo de análise sobre a questão da utilização do espaço, apesar da distância geográfica e de diferentes hábitos culturais, tornam-se parecidas no que tange os valores sociais de comunidade e “consciência coletiva”, ao trabalhar a questão conflituosa entre preservação, utilização dos recursos naturais e permanência no espaço em questão por comunidades tradicionais.

Trata-se, portanto, de uma investigação baseada em pequenas comunidades que, no entanto, refletem problemas encontráveis na grande totalidade do território recrutado para preservação. Discutir historicamente a relação que se estabelece entre sociedade e natureza a partir da criação do PEST em Santa Catarina requer analisar tanto a

dimensão entre a ação concreta da preservação, quanto a maneira político-ideológica pela qual se apresenta a questão do meio ambiente. Tanto sob o ponto de vista coletivo quanto individual, é interessante que se possa analisar estas questões na perspectiva da sobrevivência humana, que depende da utilização racional dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que assegure a perspectiva da proteção da biodiversidade, da qual o ser humano é parte integrante. Também se deve levar em conta que, a abrangência de terras dentro da área do parque são diversas nas comunidades estudadas, como mostra o Gráfico 1:



**Gráfico 1** – Distribuição espacial (%) do PEST entre os municípios da Grande Florianópolis. Fonte: PBZ, 2000.

Entretanto, como se pode observar no referido gráfico, todas as áreas estudadas possuem grandes porções de terras dentro da área do Parque; o que, em parte, dificulta o processo de investigação e fiscalização do processo de manutenção da área de preservação; ao mesmo tempo que a extensa área de mata atlântica justifica a necessidade de preservação. É

necessária uma ressalva ao gráfico 1: apesar de Florianópolis ser identificado como detendo 0% de área do PEST, pequeno território do sul da ilha faz parte da UC.

### **2.2.1 Primeiro exemplo de relação territorial entre PEST e municípios: São Bonifácio/SC**

Nesse contexto, o processo de pesquisa histórica muitas vezes toma caminhos que independem da vontade do pesquisador. A análise de inúmeras comunidades que se encontram dentro da área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, para que se chegasse a um raciocínio de pesquisa coerente, devido aos inúmeros enfoques que a pesquisa poderia abordar, mostraram que poderiam ser quatro as comunidades rurais pesquisadas.

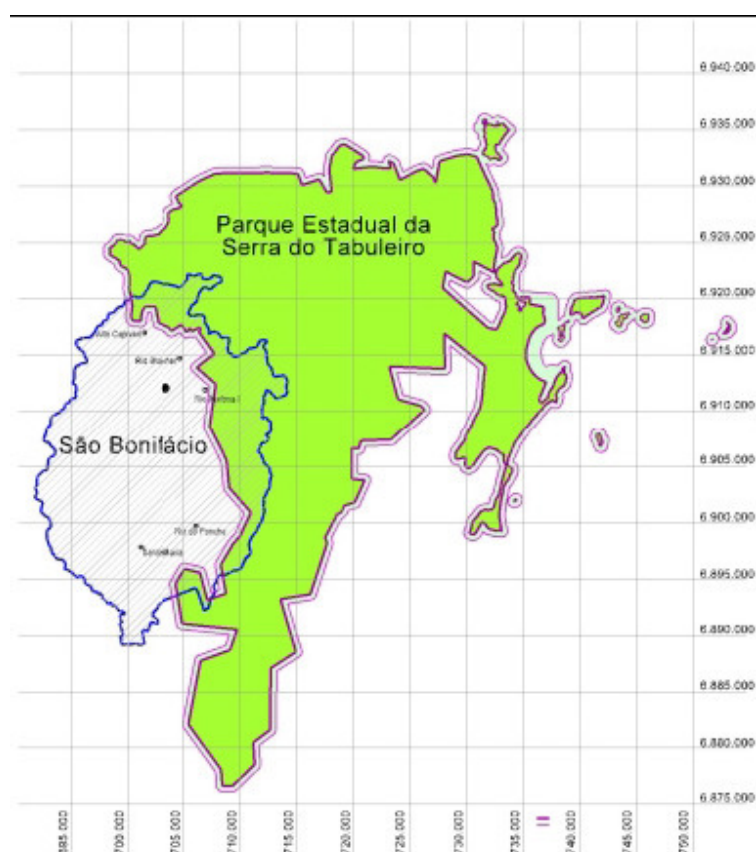
No entanto, apesar de apresentar características comuns às três outras comunidades, o município de São Bonifácio se caracterizou de maneira inusitada na forma como os moradores reagem e entendem a questão da preservação e utilização do espaço, bem como o processo de formação da área de preservação ambiental.

No perfil sócio-econômico editado pela Secretaria Estadual da Fazenda, este município apresenta uma economia instável, de modo que, desde a década de 1970 até fins da década de 1990, dentre as fontes geradoras de arrecadação, a expressividade se dá no ramo da indústria madeireira, referindo-se basicamente as serrarias.

E segundo esta mesma fonte, apesar de não ser representativo em termos de arrecadação de tributos, historicamente o que mantém a



maioria da população ocupada economicamente no município, é o setor primário, com destaque para a agropecuária. (Secretaria da Fazenda) O Mapa 2 mostra a localização do município e sua abrangência de terras dentro da PEST:



**Mapa 2** – Caracterização regional para o Plano Básico de Zoneamento do PEST. Fonte: Socioambiental consultoria. [mimeo]

No intuito de analisar a realidade do município frente à questão do Parque, buscou-se na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A (EPAGRI) local a relação dos proprietários de terras dentro da área de preservação. Esses proprietários somam um total de 132 propriedades, que equivalem a 9.696,54 hectares de terra. Dessas,

26 propriedades possuem escritura de posse, e as demais, possuem escritura pública. (EPAGRI, 2005)

Trata-se, do ponto de vista de área, de uma média alta de hectares por proprietário, contudo, é necessário pensar essas propriedades dentro de termos específicos e de condições de uso e ocupação, já que são entremeadas por diversas áreas nas quais a conversão para uso agrícola não é apropriada.

Diante das possibilidades, que se imaginava ser muitas, 10 pessoas foram procuradas, com objetivo de aplicar a mesma metodologia de pesquisa das outras comunidades, que implicaria no processo de história oral. No entanto, o silêncio foi praticamente unânime quando o assunto é o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Do número total de pessoas contatadas, seis negaram possuir terras dentro da área, mesmo com a listagem de proprietários nas mãos do pesquisador, três se negaram a colaborar com qualquer tipo de informação formal sobre a questão, e uma aceitou parar suas atividades para uma conversa, que depois foi liberada para a pesquisa.

Este morador chama-se Dalton Geraldo Buss. Suas terras são espólios da família, onde nasceu e foi criado, estando então com 40 anos de idade e produzindo nas mesmas terras. Ele conta que convive com a questão do parque desde que tinha 09 anos de idade e que, apesar das inúmeras reuniões e seminários promovidos pelo órgão gestor do parque, afirma que pouca coisa mudou na região.

Segundo Dalton, “as autoridades imaginavam que seria mais fácil tirar as pessoas de suas terras, e não se deram conta que a maioria dos colonos sobrevive delas. (BUSS, 2005: 5) As tentativas frustradas de conversar com as pessoas do município, e a análise da entrevista com o senhor Dalton somaram um conjunto de pressupostos que nem sempre estão explícitos, mas que ainda assim ficam determinadas como variantes de pesquisa.

Nas poucas palavras proferidas sobre a convivência dos moradores com a questão do parque, o entrevistado deixa claro que São Bonifácio se diferencia de outras localidades pela forma de utilização dos recursos naturais. Segundo ele, não houve problemas com êxodo rural ou mudanças drásticas nos hábitos dos moradores:

Aqui, todos os moradores continuam em suas terras. Ninguém ardeou o pé! O pessoal até fica controlando o uso das terras, mas eu acho que aqui não precisa mudar nada. Aqui é só mato! No final das contas eles têm o que eles querem – eles querem é mata! E ninguém desmata mais nada por aqui. Todo mundo continuou com os campos que já tinham sido feitos, e o gado fica por debaixo das árvores. Lá no campo nada é construído. Para cuidar do gado você fica acampado – não tem luz e nem água encanada. Não é lugar de moradia! Então, não os incomodamos. (BUSS, 2006: 6)

São Bonifácio é o quarto município com maior número de terras dentro da área do parque. Ao justificar uma maior harmonia entre o homem e o meio ambiente em São Bonifácio, o senhor Dalton afirma que a criação de gado não é tão prejudicial ao meio ambiente quanto às lavouras; e que naquela região a base econômica é a criação de gado, o que justificaria o fato de não haver tantos conflitos. (Id.)

As estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, a partir de 1995, a lavoura e a pecuária passaram a representar 50% do espaço de produção. Mas fato surpreendente destes dados é que, entre as décadas de 1970 a 1995 aumentou significativamente o número de terras produtivas não utilizadas, aumentando gradativamente a área de mata nativa, como exemplifica a Tabela 2:

**Tabela 2** – Utilização das terras do município em hectares entre 1970 e 1995, em São Bonifácio/SC

| Produção        | 1970  | 1980  | 1985  | 1995  |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|
| Lavoura         | 203   | 308   | 177   | 116   |
| Permanente      |       |       |       |       |
| Lavoura         | 2697  | 3365  | 2950  | 2922  |
| Temporária      |       |       |       |       |
| Pastagens       | 923   | 2924  | 4056  | 3635  |
| Nativas         |       |       |       |       |
| Pastagens       | 3928  | 7100  | 7601  | 7053  |
| plantadas       |       |       |       |       |
| Mata Nativa     | 3762  | 4182  | 3923  | 10094 |
| Reflorestamento | 94    | 724   | 596   | 1354  |
| Terras em       | 12064 | 9535  | 12032 | 492   |
| descanso e      |       |       |       |       |
| produtivas não  |       |       |       |       |
| utilizadas      |       |       |       |       |
| Total           | 23671 | 28138 | 31335 | 25666 |

Fonte: IBGE, 2000.

Esses dados possibilitam compreender que, apesar das poucas transformações nos hábitos regionais, a intervenção política da criação de uma unidade de conservação, automaticamente estabeleceu limites à utilização dos recursos naturais. O caso do aumento da área de mata nativa no município de São Bonifácio na metade da década de 1990 é um exemplo dessa radical transformação do uso da terra, em virtude da legislação ambiental e dos imbróglis políticos decorrentes.

No entanto, essa transformação aparente da paisagem não exclui as comunidades envolvidas da discussão sobre a permanência ou retirada de populações humanas do interior de unidades de conservação, dado a apresentação de duas fontes interpretadas. A primeira diz respeito à legislação das Unidades de Preservação, uma vez que o caráter integral de conservação, não permite qualquer forma de ocupação do espaço então delimitado.

A segunda fonte está ligada diretamente à forma como as populações respondem aos processos de intervenção no espaço, para fins de preservação ambiental. No caso específico da população de São Bonifácio, o silêncio passou a ser uma forma estratégica de permanência, ou seja, aparente inércia nas ações populares possui a expressão de uma dinâmica social que dificilmente fica esclarecida na transcrição da metodologia oral, levando-se em conta que esta causa impressões, ligadas aos elementos corporais, como o olhar, os gestos, o ambiente, a voz, que não podem ser literalmente passados à forma escrita, e que, no entanto, influem tanto na percepção tanto do enunciador como do ouvinte.

Entretanto, o mesmo não acontece com outras comunidades rurais que se encontram dentro ou no entorno do Parque. As condições para a sobrevivência e vivência em comunidade se configuram num conflito de paradigmas, que pede uma mudança profunda no pensamento,

percepção e valores de uma determinada realidade. Além disso, questões paralelas como o direito à propriedade por parte de moradores instalados depois da área de preservação, e produtores rurais que trabalham com produtos orgânicos são questões paralelas e que se somam ao conflito instaurado pela dicotomia entre a lógica econômica e a lógica da preservação que motivou a criação do parque.

A complexibilidade no campo da pesquisa histórica tornou-se acentuada, à medida que se questionava quais seriam as diretrizes para o desenvolvimento da pesquisa na área de história ambiental, uma vez que o papel e a utilização da natureza no cotidiano das comunidades envolvidas implicaria em trabalhar com fontes oficiais tradicionais, mas também, em grande escala, exigia a análise de fontes que não podem ser testadas ou explicadas por fórmulas e métodos conceituais tradicionais. Neste sentido então, vale ressaltar que a subjetividade encontrada na pesquisa estará sempre ligada às fontes tradicionais, de modo que não suscitem controvérsias quanto ao método, apesar de não ditarem, em regra, que o conteúdo disposto por ambas, ofereça dados iguais e coerentes.

Os métodos tradicionais de produção agrícolas fazem com que as comunidades rurais entrem em conflito com órgãos de fiscalização ambiental como a FATMA, IBAMA, Polícia Ambiental e principalmente com o Ministério Público, por terem como meio de subsistência a produção de hortifrutigranjeiros, fazendo uso de técnicas consideradas inadequadas por desgastarem rapidamente o solo e provocarem o desmatamento, e usarem agrotóxicos em suas plantações.

Estas comunidades sentem-se ameaçadas pelas políticas públicas de proteção à unidade de conservação em questão. As tentativas de impedir a degradação ambiental intensificaram o impacto social, gerado pelas transformações no plano econômico da região que deve se adequar à

legislação ambiental vigente e satisfazer as exigências de um novo mercado, que busca alternativas para um aproveitamento menos impactante. Um exemplo destas tentativas é a produção orgânica dentro da área do parque, conforme os conceitos de utilização sustentável dos recursos naturais. (BITTENCOURT, 2006: 7)

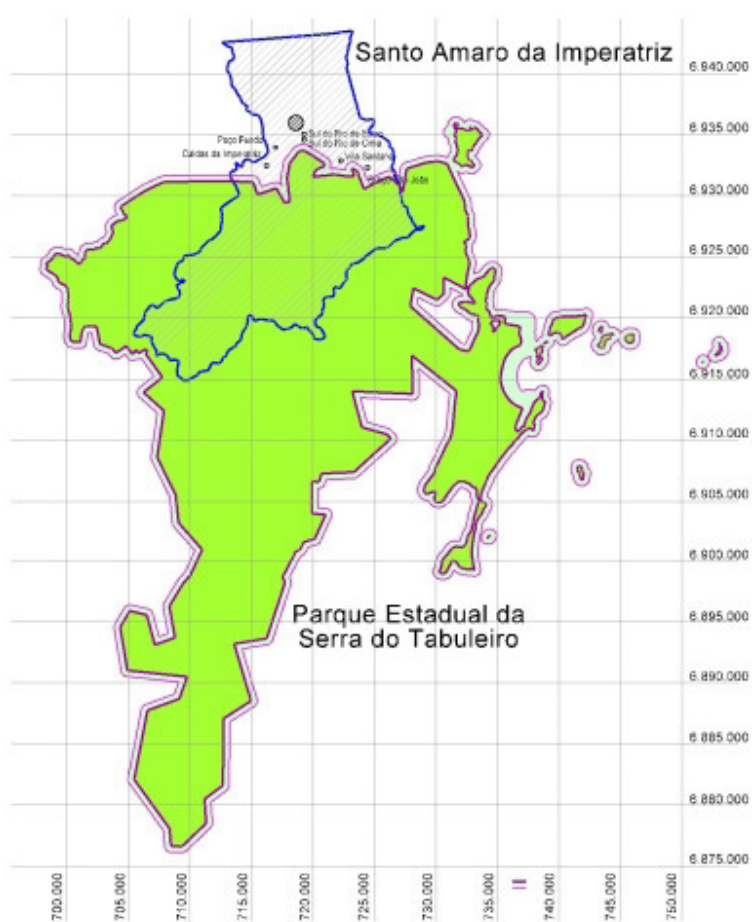
### **2.2.2 Santo Amaro da Imperatriz/SC e outras localidades**

Conhecido historicamente desde 1809, quando um inglês Locock registrou a existência de águas termais, que passaram a ser usadas para fins terapêuticos, e intensamente disputadas por indígenas e colonos após a visita de D. Pedro II e Dona Tereza Cristina, o município de Santo Amaro da Imperatriz tem uma área de 309,73 km<sup>2</sup>, sendo que 62,64% deste território encontram-se ocupado pelo Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. É um município conhecido por fazer parte do aglomerado urbano de Florianópolis e, por receber migrantes da serra catarinense, que buscam emprego na capital e se estabelecem em seu entorno, em busca de melhores condições de vida. Por isso sua principal característica é a de cidade dormitório. (SOCIOAMBIENTAL CONSULTORIA PEST, p. 8)

Estatísticas do IBGE apontam para uma gradativa transformação do perfil econômico do município, devido à significativa concentração da população na área urbana entre as décadas de 1970 a 1998. (IBGE documentos avulsos s/d) Segundo dados da prefeitura municipal, as principais atividades econômicas são o comércio em geral e a prestação de serviços, que atendem muitas demandas dos municípios vizinhos; com especial atenção para as águas termais, exploradas pela atividade turística, sendo uma crescente fonte de arrecadação de recursos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, 2000: 36)

Ainda neste mesmo período, os dados apresentam a diminuição de tributos vindos do setor secundário, representado pela indústria madeireira. Segundo as fontes, a atividade extrativa foi bastante significativa até a década de 1970, período de criação do PEST.

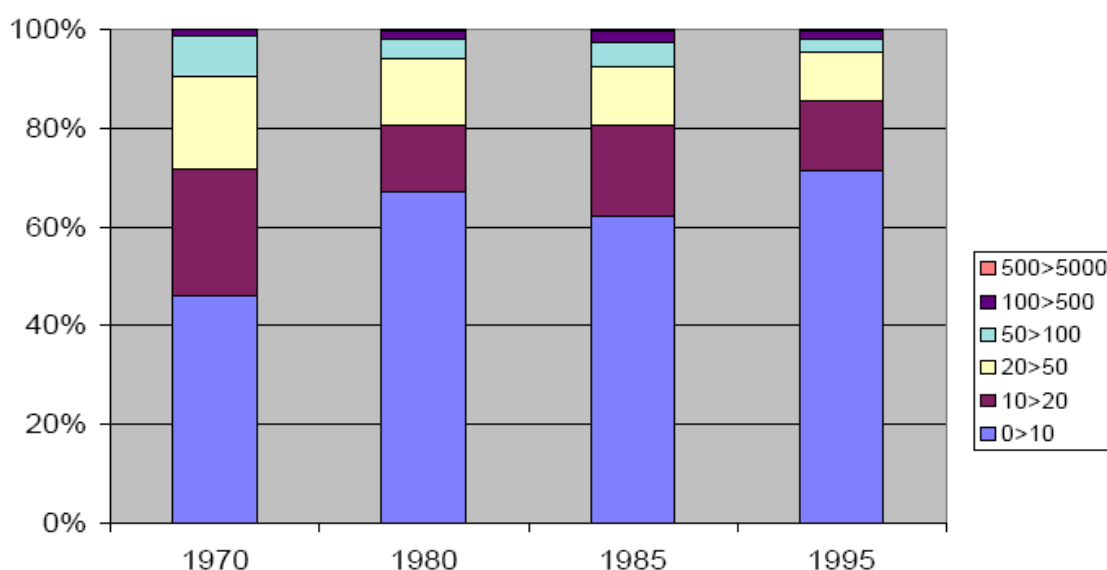
Atualmente, as atividades estão condicionadas ao beneficiamento de madeiras vindas do Norte do país e a áreas de reflorestamento. O Mapa 3 ilustra a localização do município e a área de Santo Amaro da Imperatriz tomada pelo PEST:





Por apresentar uma grande área territorial dentro do PEST, a estrutura fundiária tornou-se o principal conflito entre a população e os instrumentos de preservação ambiental. Mudanças substanciais como a utilização de orgânicos e o conceito de utilização sustentável dos recursos não foram aceitas pelos órgãos administradores do parque.

O Gráfico 2, sobre os estabelecimentos rurais entre as décadas de 1970 e 1998, contribui para compreender a relação entre o tamanho das propriedades e a perda de importância do setor agrícola de Santo Amaro da Imperatriz entre 1970 e 1995:



**Gráfico 2** – Estabelecimentos rurais em Santo Amaro da Imperatriz/SC (1970-1998). Fonte: Censos Agropecuários da Epagri, Santo Amaro da Imperatriz/SC.

Há um acréscimo no número de propriedades durante o período, que, de acordo com dados da EPAGRI passaram de 250 para 554 estabelecimentos no referido período. Mas a ocupação foi seguida de um

desaquecimento da produção, e do uso produtivo dessas mesmas propriedades. Contudo, ainda não há fontes detalhadas sobre o crescimento do número de propriedades, levando-se em conta que houve um decréscimo da quantidade de estabelecimentos com estrato de área entre 10 e 100 hectares. Observa-se, claro, que existe uma quantidade crescente de sítios de lazer na região, tomando espaço de áreas produtivas, e que esses sítios são propriedades, principalmente, de indivíduos residentes na área urbana do município de Florianópolis/SC.

Ainda sobre a questão do uso da terra, fontes do IBGE permitem afirmar que no período de 1970 a 1990 houve o crescimento da área de mata nativa dentro dos estabelecimentos, fato este que reforça o abandono de atividades agrícolas. Entretanto, também houve aumento das áreas de pastagens atividade que substituiu a lavoura em muitas propriedades. Vale destacar que, Santo Amaro da Imperatriz estabelece-se como centro produtor de hortifrutigranjeiros, estando em segundo lugar na produção estadual do tomate e em décimo - quarto na produção de batata. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, 2000: 40)

O alto consumo de produtos químicos, sejam adubos, fertilizantes e principalmente defensivos, torna bastante conflituosa a atividade agrícola, principalmente em relação aos mananciais de água existentes na região. Explicitamente este assunto fica colocado na comunidade de Várzea do Braço, comunidade que fica dentro do PEST.

A geografia do PEST compreende a vegetação da Mata Atlântica e, principalmente nas regiões agricultáveis, há problemas quanto à legalização das propriedades, pois, a prática agrícola e as pastagens são empecilhos na manutenção dos ecossistemas. Um exemplo é a bacia hidrográfica do rio Cubatão, que é a principal fonte de abastecimento de água para a grande Florianópolis. (ICEPA, 77)

Em virtude disso, os aspectos culturais destas comunidades passam por um processo de transformação, à medida que estas devem adequar-se às transformações da lógica econômica da utilização dos recursos naturais do meio em que vivem. Também, esse processo de repensar a utilização do espaço natural causou rupturas visíveis em antigas formas de produção que outrora se apresentavam como significativas para o Estado.

Um exemplo está na formação de núcleos coloniais de imigrantes, sobre os quais, os relatórios oficiais afirmam que a chegada dos pioneiros imigrantes representaria para a província (de Santa Catarina) novos elementos de trabalho e de riqueza, assentando-se destarte a uma nova sociedade em meio das majestosas matas que assoberbam nas margens daqueles rios. (JOCHEN, 1999: 41)

Estes colonos, que tiveram sua vida primeiramente ligada à lavoura, a partir de 1870 ficaram incumbidos de “povoar”, entre o litoral e o planalto, uma grande área de terra ainda coberta por florestas, por onde ainda vagueavam alguns indígenas de tribos errantes. Era uma vasta região de verdes vales, colinas e montanhas (o vale do Capivari compreende atualmente os municípios de São Martinho e São Bonifácio, enquanto o Rio Cubatão é o responsável pelo abastecimento de água da grande Florianópolis). A terra aí estava, mas não havia gente para ocupá-la e trabalhá-la. Além do mais, o desbravamento não era fácil com os precários instrumentos da época: machado, foice e facão.

Cristina Adams ressalta que, conforme as unidades de conservação forma sendo implantadas nos países em desenvolvimento, que possuem graves problemas de distribuição de terras, pobreza e fome, caracterizou-se a fragilidade do conceito de áreas protegidas como

intocáveis, uma vez que estes espaços são utilizados, invariavelmente, como fonte de recursos por sua abundância e pelo precário ou inexistente controle destas áreas. Desta forma, buscou-se analisar relatos de pessoas que convivem em espaços diferentes, mas que têm em comum a forma como se relacionam com o meio ambiente, e as angústias derivadas da formação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Partindo da argumentação de que a formação de unidades de conservação deve analisar tanto os impactos ambientais quanto os impactos de ordem social e econômica, busca-se discutir questões como a exploração de recursos naturais, limitações ao uso do espaço e a perda do valor financeiro de algumas propriedades. Isto implicou numa segunda forma de análise, que permitisse contextualizar os valores que amarram diferentes indivíduos em projetos políticos comuns; e evidenciando que a forma como as pessoas se relacionam com o meio ambiente está longe de ser um processo mecânico e imutável; sendo antes, um processo movido por intencionalidades.

Como forma de compreender melhor estes impactos no cotidiano das populações envolvidas, optou-se pela metodologia de pesquisa de história oral; o que exige certa sensibilidade por parte do pesquisador e, de forma mais acentuada paciência e tempo disponível.

Em todas as localidades visitadas, o assunto referente ao Parque estadual da Serra do Tabuleiro tornou a entrevista mais tensa e várias vezes pontuadas por reticências. Em Santo Amaro da Imperatriz, na comunidade de Várzea do Braço, a família do Agricultor 1, com 39 anos de idade, ocupa há muitos anos o espaço em que hoje atua a Associação Agroecológica Várzea do Braço. Segundo o entrevistado, ele é a quarta geração produzindo nas mesmas terras. Ele também é o sócio-fundador, juntamente com dois irmãos, da Associação Agroecológica Recanto da

Natureza, que atua a sete anos na localidade de Várzea do Braço. No momento em que se abordavam questões como a mudança de técnicas agrícolas de geração a geração, o agricultor 1 faz uma comparação interessante em relação aos seus antepassados:

Há trinta anos atrás os agricultores também plantavam de forma natural, sem agrotóxicos. O problema é que eles tinham um inimigo muito forte ao lado deles, que era o fogo. Então eles acabavam queimando a matéria-prima do orgânico. Hoje nós voltamos a trabalhar com orgânico, mas a diferença está nas técnicas que aprendemos. Porque eu me criei plantando com agrotóxico, mas era também bastante complicado! (AGRICULTOR 1, Entrevista, 2005)

A questão da produção orgânica para o entrevistado estava longe de ser uma questão inovadora, sendo conseqüentemente ligada a adaptações que deveriam ser feitas para aumentar a renda familiar e manter a atividade profissional que aprendeu com seus pais. Ao ser questionado sobre quais seriam os problemas encontrados na produção com agrotóxicos, o agricultor 1 afirmou que não foi na época uma preocupação ecológica, e sim de ordem econômica:

Se eu continuasse a utilizar agrotóxicos na produção agrícola, atualmente eu não poderia ser mais um agricultor. Para você ter uma idéia que na época, todo o capital que ganhávamos no CEASA, antes de voltarmos para casa, já o deixávamos na agropecuária para comprar agrotóxicos e insumos. Não dava para sobreviver! Então tivemos que buscar uma alternativa. (AGRICULTOR 1, Entrevista, 2005)

Atualmente a questão da preservação continua sendo uma questão de ordem econômica, uma vez que, segundo o agricultor 1, já existe na comunidade uma consciência de que não é possível separar o ser

humano da natureza. (AGRICULTOR 1, Entrevista, 2005) Todavia, segundo o entrevistado, os órgãos de fiscalização não propiciaram uma ligação positiva entre os moradores e a implementação do parque:

Eles só entram aqui para podar! Se desde o momento em que surgiu o parque, houvesse um programa de educação ambiental aqui dentro, essa seria a região mais linda do mundo. Até as pessoas mais idosas que você vê por aqui, que às vezes são as mais relutantes em relação ao assunto, entendem que precisam cuidar – e não houve educação ambiental nesse sentido! Mas esses órgãos de fiscalização nunca nos deram alternativas. (Id.)

Criar um parque nunca foi o problema; mas eles deveriam primeiro ter pensado em instruções para os moradores deste território. (AGRICULTOR 1, Entrevista, 2005) Na atualidade, a família do agricultor 1 conta com a produção de outras famílias, dentro e fora da localidade, para atender ao mercado consumidor. Foi adotado um sistema de parcerias, onde as famílias dividem a produção conforme a necessidade dos produtos a serem produzidos, para tentar um equilíbrio salarial no final do mês.

O cálculo é feito por porcentagem. Os produtores ganham 35% da produção, e a associação fica com toda a despesa de embalagem e processamento, e também pagam 15% de taxa para que o lixo não seja devolvido pelos supermercados, que totalizam um total de 20 estabelecimentos que a associação atende. Segundo o agricultor 1, o salário nunca é igual para todos os produtores, porque depende do próprio produtor; ou seja, quanto mais ele trabalhar, mais ele vai ganhar. Mesmo assim, segundo ele, tem produtor que chega a ganhar seis salários mínimos por mês. (AGRICULTOR 1, Entrevista, 2005)

Entretanto, para o agricultor 2, também morador da localidade e parceiro da Associação este cálculo é aparente, porque não leva em consideração o número de pessoas empregadas na família; ou seja, o valor total de seis salários mínimos é dividido entre o número de pessoas envolvidas na produção familiar, de modo que dificuldades sempre poderão aparecer para quem trabalha com a agricultura. (AGRICULTOR 2, Entrevista, 2005)

Ao contrário do que pensa o agricultor 1, o agricultor 2 tem dúvidas a respeito da forma de produção como recursos de sustentabilidade, e relata sua experiência na localidade: No início foram criadas duas Associações agroecológicas - A Verde Serra e a Recanto da Natureza. Mas claro que, do dia para a noite, foi complicado mudar a forma de produção. Se você me perguntar se nós passamos dificuldade? Passamos e muita! Talvez se eu tivesse lidando com veneno, poderia hoje ter uma casa muito melhor... talvez! (AGRICULTOR 2, Entrevista, 2005)

Ambos os moradores concordam que a produção orgânica só foi possível devido à insistência e perseverança de quem acreditou na possibilidade, mesmo diante das dificuldades. Nesse sentido, o agricultor 1 relata:

Nós trabalhamos os primeiros cinco anos para comer e pagar os empréstimos; sem adquirir absolutamente nada. Depois é que veio o resultado! É um investimento em longo prazo; por isso te digo que é complicado. Mas atualmente fizemos uma exposição de nossos produtos até na Alemanha. Eu recebo um monte de email em inglês e apago tudo porque não sei o que é (risos). Hoje o produtor tem que saber que precisa estudar! Porque foi o tempo em que só a nossa força física valia. (AGRICULTOR 1, Entrevista, 2005)

Outra questão abordada por ambos os produtores, é que a aceitação do produto orgânico no mercado consumidor foi uma conquista gradativa, uma vez que é um produto mais caro. Segundo o agricultor 1, o erro do produtor orgânico está na embalagem, sendo que o que deveria estar embalado é o produto com agrotóxico, que pode contaminar até o ambiente, e que absorve 15% do faturamento da Associação. Isto melhoraria o faturamento do produtor e abriria acesso de consumo a classes mais baixas, que geralmente são as que mais necessitam de um produto mais saudável. (AGRICULTOR 1, Entrevista, 2005)

No mesmo sentido, o agricultor 2 também deixa explícito que, a forma como a área de preservação foi imposta, não favoreceu as comunidades envolvidas e tampouco a preservação: Na época em que criaram o parque, muita gente aqui vendeu suas terras por pressão - a troco de nada! E hoje passam necessidade para sobreviver, por erro desses órgãos! Por que na época eles não vieram aqui para negociar as terras com os agricultores e não deixar as pessoas de fora entrar? (AGRICULTOR 2, Entrevista, 2005)

Desta forma pode-se perceber que o espaço antes pensado como propício ao “desbravamento”, por imigrantes e seus descendentes, passa a ter limites na utilização do território, nunca imaginado por estas comunidades, que vivem da agricultura tradicional.

Através da análise das tabelas de caracterização regional das áreas do Parque para formulação do Plano Básico de Zoneamento do PEST, os municípios de Paulo Lopes e Imaruí, num período de três décadas, passaram por uma fase de decadência econômica. A economia que outrora se baseava no setor agrícola com forte importância da pecuária, passou a ter por base o setor de comércio e prestação de serviços, o que acarretou na dispersão de boa parte da população, que



migrou para o pólo regional. Já em Santo Amaro da Imperatriz destaca-se o conjunto de atividades do setor terciário, com destaque para o setor do turismo.

Contudo, em ambos os municípios, a questão da propriedade da terra nas comunidades interioranas é ainda a garantia de que a sobrevivência está assegurada, uma vez que a terra e o ofício são passados de geração a geração, sendo que o trabalho agrícola consiste na única “experiência profissional” que possuem. Também é perceptível que, em longo prazo, uma ética preservacionista e as práticas que a acompanham podem surgir espontaneamente em grupos pequenos, que tendem a se tornar fortemente coesos, e que modificam posteriormente a forma de ocupação ou utilização de determinados territórios.

A relação entre sociedade e meio ambiente, a partir da criação do PEST tornou-se um campo conflituoso, onde a idéia de natureza passou a ser mantida como uma fronteira entre o selvagem e o civilizado, definindo os conceitos entre espaço intocado e espaço cultivado, uma vez que o homem sempre se utilizou os recursos naturais em seu benefício: por muito tempo água, frutas, minerais e, até mesmo o ar pareciam bens livres e inesgotáveis.

O conceito de natureza aqui é entendido como “a essência do que constitui o universo, ou seja, o meio ambiente de todos os seres vivos e que ainda não foi degradada pela ação humana.” (PÁDUA, 2003: 34) Contudo, essa natureza selvagem e intocada, segundo Simon Schama não demarca a si mesma, não se nomeia, não venera a si mesma. (SCHAMA, 1996: 45) Ou seja, a humanidade transforma o conceito de natureza, segundo concepções diversas. Portanto, podemos perguntar: Para quem a natureza é vista como patrimônio natural? E sendo um patrimônio, até que ponto pode ser utilizado.

Esses questionamentos são fundamento da dicotomia existente entre a formação da área de preservação e a manutenção de comunidades agricultoras no mesmo espaço. Neste sentido, a discussão sobre formação de unidades de conservação requer transformações sociais consideráveis, abrangendo tanto o espaço político-econômico, quanto cultural das comunidades envolvidas. A exploração dos recursos naturais e as limitações ao uso do espaço são disparidades nas discussões sobre impactos ambientais, impactos de ordem social e econômica que giram em torno das áreas agricultáveis.

A cidade de Santo Amaro da Imperatriz, especificamente a localidade de Várzea do Braço, tornou-se para a pesquisa um modelo explicativo, que pode ser ampliado, testado e comparado com outras comunidades, através de um elemento coesivo da pesquisa, que é a utilização do espaço como símbolo de vivência e fonte de sobrevivência.

Além disso, sob o ponto de vista ecológico, Santo Amaro da Imperatriz torna-se uma área muito importante para a formação de um corredor ecológico, unindo remanescentes florestais, possibilitando o livre trânsito de animais e dispersão de sementes das espécies vegetais.

Neste sentido, ao contrário das áreas protegidas de outros países do mundo, como por exemplo, as áreas tailandesas, onde os problemas da conservação centram-se na ameaça da biodiversidade em longo prazo, por se constituírem em áreas muito pequenas, abrangendo ecossistemas incompletos ou insustentáveis, o PEST configura-se fisicamente como uma extensa área, abrangendo centenas de espécies em biomas diversificados, sendo, portanto, difícil à fiscalização e proteção efetiva de toda a área, equivalente a 1% do território do Estado de Santa Catarina.

Vários fatores fazem os problemas de fiscalização e aplicação de legislação especialmente difíceis em países em desenvolvimento. Um deles é a falta de planejamento avançado, para assegurar que os residentes locais recebam notificações apropriadas e compensação por qualquer perda de terras ou recursos. Outro é geralmente a situação marginal dos residentes locais, se comparados com as elites do governo nacional e da maioria dos turistas que vai se beneficiar com o parque.

Segundo a caracterização regional feita para o Plano Básico de Zoneamento do PEST, o município de Santo Amaro da Imperatriz é um exemplo do conglomerado da grande Florianópolis que desenvolve atualmente um conjunto de atividades no setor terciário, como o comércio e a prestação de serviços, onde se destacam as atividades voltadas para o turismo; que se tornam oportunidades de emprego e renda fora da atividade primária (extrativismo, pecuária e agricultura), possibilitando outras formas de sobrevivência e desenvolvimento que não danifiquem a integridade da área de preservação. Mas estas medidas são dificultadas pelo número de ocupantes dos territórios reivindicados para a área de preservação.

Atualmente em Santo Amaro da Imperatriz há inúmeras empresas que atuam no turismo de aventuras, assim como inúmeros visitantes que escolhem o município para praticar esportes. Estas atividades, além de participarem ativamente da arrecadação de tributos, também divulgam o potencial natural do município, conforme pode-se observar em imagens promocionais, tais como as expostas nas Fotografias 1 e 2.



**Fotografia 1** – *Rafting* no rio Cubatão. Acervo da autora.



**Fotografia 2** – Asa-delta e a paisagem de Santo Amaro da Imperatriz/SC. Acervo da autora.

## **CAPÍTULO III**

### **3.1 Caseiros, nativos, sitiantes: as várias faces do problema da ocupação no PEST**

Partindo da premissa de que o objetivo dos parques é preservar a biodiversidade que eles contêm, em longo prazo é difícil atingir estes objetivos quando as pessoas estão em atividades dentro dele. Porém, essa visão preservacionista da formação de áreas protegidas, confronta-se com uma outra vertente discursiva, que é a função social do ambiente como lugar de vivência de muitas comunidades.

Na entrevista com o agricultor 2, nascido e criado na comunidade, e com uma história de vida que evidencia esta necessidade do ser humano em utilizar os recursos naturais. Quando se perguntou sobre a sua vivência na área que hoje é requerida para a conservação, ressalta:

Nós nos criamos aqui quase como índios; estrada não havia... era tudo à cavalo ou com carro-de-boi. Plantávamos nos morros. Meu pai criou doze filhos aqui assim – derrubando a mata e plantando; porque era um tempo em que as vargens não eram ocupadas. (AGRICULTOR 2, Entrevista, 2005)

Quando interrogado sobre as condições de vida nesse período, o agricultor 2 responde num tom saudoso:

Com o tempo, a família começou a crescer. Nossa vida aqui sempre foi muito simples; eu não vou dizer que era fácil! Mas se nós tivéssemos que andar descalço, ou ter apenas um sapato, ninguém reparava! Mas o tempo exigiu uma mudança; hoje tenho cada vez mais que aumentar a lavoura, para ter mais lucro, para poder sustentar a família; porque as necessidades hoje são outras! (AGRICULTOR 2, Entrevista, 2005)

Esta afirmação reportou a entrevista para o interesse em saber de que forma mudou a utilização do espaço como fonte de renda, uma vez que as necessidades básicas para o sustento da família exigiam uma nova forma de ocupação. A resposta foi imediata:

Como eu te falei, quando tínhamos 15 anos, plantávamos em morros e, bom, não precisávamos de agrotóxicos. Com o tempo, vieram os tratores e as máquinas para nos ajudar, e então deixamos o morro de lado porque as vargens foram limpas. E também começamos a utilizar veneno, porque facilitava muito. Sem veneno, você utiliza a família toda, para plantar um hectare; com veneno você planta 10 hectares. E a qualidade de vida melhorou! Mas há 30 anos, começou um problema aqui, que foi o parque. Um pai que criou doze filhos, hoje tem dois aqui. (AGRICULTOR 2, Entrevista, 2005)

A pesquisa na região da comunidade da Várzea do Braço foi ampliada, involuntariamente em seu projeto, devido à possibilidade da pesquisadora de desenvolver um projeto de Educação Ambiental na Escola de Educação Básica Nereu Ramos, que se constitui como o maior colégio do município, atendendo a maioria dos jovens das regiões ao redor, inclusive os jovens moradores da comunidade escolhida para pesquisa, fato que não era de conhecimento da pesquisadora até a aplicação do projeto.

Este projeto por sua vez, foi elaborado com objetivo de atender as Diretrizes Nacionais de Educação (LDB), que prevêem o desenvolvimento de temas transversais e interdisciplinares em sala de aula, articulando o conhecimento escolar ao cotidiano das comunidades.

Segundo o conceito da Lei Federal 9.775/99, a educação ambiental consiste em processos por meio dos quais, indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente e qualidade de vida do povo. (Lei Federal 9.775/99)

Desta forma, o projeto “Conhecendo a Natureza do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro”, caracterizou-se pelo objetivo de sensibilizar e mobilizar os jovens do Ensino Médio para as questões ambientais de seu município, divulgando medidas de conservação como a criação de Unidades de conservação e, conseqüentemente, suas implicações na relação entre homem e natureza.

A aplicação do projeto previa um trabalho de dois bimestres na grade curricular de história e geografia, para alunos de segundo e terceiro ano do ensino médio, em aulas intercaladas. Contudo, constatou-se que,



em relação aos conceitos de preservação, desenvolvimento sustentável e áreas protegidas, o desconhecimento era maior do que se supunha, de forma que o projeto foi estendido por mais um mês.

Desta forma, no período de março a outubro de 2006 pôde-se constatar que, mesmo sendo moradores de um município que integra o PEST, 90% dos alunos desconheciam sua existência e finalidade. O trabalho desenvolvido no ambiente escolar foi amplamente aceito, de modo que despertou o interesse de outras turmas e outros professores em relação ao assunto, estabelecendo um diálogo com a comunidade em geral.

As fotos abaixo foram elaboradas no dia da apresentação do projeto para a comunidade escolar e apresentação do mesmo na rádio local. Entre elas, pode-se perceber todo o trabalho de participação e confecção de materiais informativos pelos próprios alunos, e também a visita de campo na sede do parque, em Palhoça; e também no alto do morro queimado, em Santo Amaro da Imperatriz:



**Fotografia 3** – Projeto “Conhecendo a Natureza do PEST”. Acervo da autora.





**Fotografia 4** – Projeto “Conhecendo a Natureza do PEST”. Acervo da autora.



**Fotografia 5** – Projeto “Conhecendo a Natureza do PEST”. Acervo da autora.



**Fotografia 6** – Projeto “Conhecendo a Natureza do PEST”. Acervo da autora.

Entretanto, na discussão sobre o tema conservação entre os alunos de segundo e terceiro ano do ensino médio, encontrou-se um silêncio instigador e uma indiferença frustrante por parte de alguns alunos, que totalizavam 5% dos alunos que já conheciam a temática. As dinâmicas estabelecidas em sala de aula possibilitaram compreender que estes quatro alunos eram moradores da comunidade de Várzea do Braço e que, portanto, a questão do parque para eles ganhava outra conotação.

A convivência em sala de aula permitiu uma relação mais amistosa entre alunos e a professora, de modo que o silêncio foi quebrado, resultando num quadro de análise inesperado. Involuntariamente aqueles jovens apresentaram o sentimento de insegurança da sua comunidade quanto à dúvida sobre a continuidade de suas famílias nas terras e, diante de uma impossibilidade, qual seria o diálogo que deveria ser estabelecido com as autoridades competentes, para que o futuro possa ser garantido. Voluntária e objetivamente, estes jovens quebraram o silêncio de sua

comunidade, possibilitando o desenvolvimento da metodologia de história oral com as pessoas mais antigas no território.

Exemplo claro disto foi à entrevista realizada com o agricultor 3, morador da comunidade de Várzea do Braço há 78 anos, nas mesmas terras que foram do seu pai, equivalente a 61 hectares da região. Sempre trabalhando na agricultura e complementando a renda familiar com engenho de farinha e moinho de milho, também criou os filhos na mesma atividade. (AGRICULTOR 3, Entrevista, 2005)

O Agricultor 3 informa que atualmente possui um pouco mais de terras, devido à compra de terreno de algumas pessoas que ficaram com medo da FATMA, e que o período de formação do Parque foi bastante difícil para todos os moradores. Nas palavras do agricultor 3, “tudo começou errado”. (AGRICULTOR 3, Entrevista, 2005) Primeiro, ele estava “muito bem colocado financeiramente.”

O problema todo teria começado por volta de 1979 e 1980, quando o Governador do Estado de Santa Catarina, Konder Reis, e o padre Raulino Reitz, responsável pela campanha conservacionista do PEST, e desqualificados pelo entrevistado, fizeram uma reunião em Santo Amaro da Imperatriz, para apresentar a legislação referente ao parque. (AGRICULTOR 3, Entrevista, 2005)

Para o agricultor 3, Raulino Reitz e Konder Reis raciocinaram a formatação do parque sem nunca terem conhecido a realidade local das comunidades atingidas pela decretação do PEST, o que teria desencadeado uma grande crise econômica, social e política em Santo Amaro da Imperatriz. Seguiu-se um processo de “fuga” dos habitantes da região do parque para outras localidades do município e arredores, e de mais de 100

famílias que ali habitavam, logo ficaram “pouco mais de 40”. (AGRICULTOR 3, Entrevista, 2005)

Mesmo sendo um dos moradores mais antigos da comunidade, o agricultor 3 foi o entrevistado mais despreocupado em ceder as informações para publicação. Segundo ele, as autoridades envolvidas na questão do parque pouco se preocuparam em ouvir as comunidades afetadas – fato que os levou a dificultar tanto o desenvolvimento da região, quanto o próprio processo de preservação. (AGRICULTOR 3, Entrevista, 2005) Ainda segundo o agricultor 3:

Agora andam discutindo na justiça que os sitiantes não têm direito às terras, porque foram compradas depois que já existia o Parque. Mas isso tudo é culpa deles. Foram eles que trouxeram os ricos para cá! Eles pensaram que não precisavam falar com os pequenos proprietários; e ao invés de negociar conosco... O que aconteceu? Muita gente vendeu suas terras com medo, e pessoas de posse se interessaram. E agora que eles compraram, é deles! Como não? Eles pagaram. (AGRICULTOR 7, Entrevista, 2005)

O relato do agricultor 3 é bastante parecido com o relato das demais pessoas de sua comunidade que foram entrevistadas. Apresenta a indignação frente ao esquecimento de se adotar uma política de transformação social em que a comunidade fosse diretamente participativa nas mudanças que deveriam acontecer devido à formação da área de preservação, e também, um sentimento de revolta quanto às medidas atuais que estão sendo tomadas para a manutenção da área de conservação integral:

Você sabe que na luta por alguma coisa, sempre tem pessoas de um lado e do outro em confronto. No nosso caso um dos problemas é a prefeitura do município. Quando o prefeito de Santo Amaro da Imperatriz era o senhor João Broering, ele nunca deixou ninguém mexer aqui! De lá ele já dizia: primeiro vocês vão achar o dinheiro para indenizar aquelas pessoas, e depois vocês podem voltar agora não há quem lute conosco! Então fica mais difícil. (AGRICULTOR 3, Entrevista, 2005)

Entretanto, à medida que as questões atuais referentes à área de preservação foram fazendo parte da entrevista, o tom tranquilo da voz do agricultor 3 cedeu espaço para o repúdio e a revolta, e o entrevistado passou a queixar-se sobre a impossibilidade de usar suas terras, que “viraram praticamente capoeira, porque dizem que elas são da FATMA”. (AGRICULTOR 3, Entrevista, 2005)

Outra queixa do agricultor direcionava-se ao papel do Estado como um todo, e à demora deste em tomar decisões que levem em consideração tanto os problemas e as reivindicações dos agricultores, de um lado, e a necessidade de preservação do PEST, de outro. Isso porque seus filhos, que estão passando a utilizar parte da terra em litígio por conta da constituição do parque, não terão o direito de usufruir delas no futuro.

Para o entrevistado, a questão do PEST tornou-se um fardo após sua viuvez, já que ele têm filhos e esposa enterrados em cemitério localizado no interior do parque:

Você acha que vai acontecer o quê comigo se eu sair daqui? E você acha que eu posso ficar aqui sozinho? Do que adianta eles me deixarem aqui porque eu sou velho, e tirarem os meus filhos e netos daqui? Então eu trabalhei uma vida inteira para ficar sozinho, e não deixar nada para os meus descendentes? Você acha isso certo? (AGRICULTOR 3, Entrevista, 2005)

Operadores do Direito são categóricos ao afirmar que as Ciências Jurídicas, e os códigos de direito seguem ou são o reflexo do todo social, das suas necessidades e propriedades. Em certa medida, isso pode ser observado, porque o ressentimento e a insegurança da comunidade local, representados na fala do agricultor 3, criou a necessidade de remodelar as metas e restrições da legislação do parque, desde 1979. (AGRICULTOR 3, Entrevista, 2005)

Contudo, embora o objetivo fosse tornar mais flexíveis, pelo menos oficialmente, os espaços e termos do debate entre população local e Estado com vistas a implementar o PEST em definitivo, tais estratégias resultaram em mais uma dificuldade para os administradores quando o tema é implementação e definição conceitual de “parques”. Tudo isso poderia ser traduzido em termos de consequências políticas de imposição de uma determinada espécie de conservação, sem prévia preparação das populações envolvidas para o debate e o processo decisório.

Na entrevista, o agricultor 3 deixa clara a situação espúria do embate entre o Estado e o cidadão comum na luta pela definição de áreas a serem preservadas ou não, especialmente por afirmar que há casos, muitas vezes, em que são os pequenos agricultores obrigados a burlar ou tentar burlar normas para escapar de multas de órgãos ligados à preservação do meio ambiente. (AGRICULTOR 3, Entrevista, 2005)

O confronto sócio-ambiental, nesse sentido, excede a perspectiva do debate de teses jurídicas sobre o que seria ou não um parque ou uma UC, e avança no terreno das ações comunitárias de mobilização contra o Estado. Falo, particularmente, das mobilizações que foram organizadas na comunidade de Várzea do Braço, em Santo Amaro da Imperatriz, contra as ações do MP, que passou a entender que a única forma de constituir definitivamente o PEST seria a retirada total dos moradores de dentro da área de preservação, especialmente a partir da criação da Vara Temática do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em Palhoça/SC.

Na comunidade de Várzea do Braço, há uma primeira movimentação de moradores na tentativa de organizar uma reação coletiva que impulsiona as negociações das terras que são ocupadas e que estão dentro do parque. Em 15 de junho de 2007, num pequeno salão de festas da Igreja da comunidade, reuniram-se cerca de 40 pessoas para discutir as questões relacionadas ao direito de propriedade em Santo Amaro da Imperatriz.

A dificuldade de negociações desse grupo de atores históricos com o MP e com outros órgãos competentes fez com que eu não tivesse permissão para gravar uma entrevista no local, devido ao clima tenso<sup>105</sup> que perpassava por todos os rostos. Minutos depois, sequer pude permanecer entre eles, num debate sobre a nova legislação que remarcaria a área do PEST.

Segundo o agricultor 4 (2005), haveria incompatibilidade entre o gerenciamento da FATMA sobre o PEST, que estabeleceu normas para o uso sustentável da terra, e a interpretação do Ministério Público sobre a ocupação de terra no parque, que investe na idéia de retirar da área os chamados sitiantes, que seriam aqueles que tem terreno, mas não sobrevivem do trabalho nele. O mesmo agricultor afirma que, para os



moradores tradicionais, as posições antagônicas da FATMA e do MP constituem maneiras opressivas de tratamento da questão do parque em toda sua complexidade de história de ocupação.

O agricultor 3, por exemplo, afirma que a proposta do MP é inapropriada e impossível:

Sabemos que existem coisas que não podem dar certo. A intenção dele [do MP] de tirar os sitiantes sem direito nenhum, não é justa! Se você compra a minha propriedade, com escritura pública, você tem direito a ela. Não entendemos... quando podia fazer alguma coisa não fez! Agora os sitiantes já estão aqui. Não posso dizer se eles causam ou não aqui algum problema; mas isso teria que ser resolvido com eles. Agora, dizer que eles não têm direito nenhum à propriedade? Isso é absurdo. (AGRICULTOR 3, Entrevista, 2005)

Ainda segundo o agricultor 2, existem outras questões que a vida em comunidade não permitiria:

Ele também disse que as pessoas mais velhas da comunidade, como o meu pai, eles não vão retirar da localidade. E os outros, com o tempo, eles vão indenizar. Agora eu te pergunto: você acha mesmo que eu vou deixar o meu pai sozinho aqui dentro? E mais: de repente eu possa continuar aqui porque sou um produtor orgânico e tenha uma chance... Mas tu acha que oito famílias serão felizes aqui sem o resto da comunidade? (AGRICULTOR 2, Entrevista, 2005)

A manifestação exposta nas Figuras 8 e 9 chamou a atenção de políticos, representantes da igreja, empresários que possuem propriedades na região, e também da rádio local, que estiveram presentes na



manifestação com os moradores. Faixas requerendo o direito de propriedade e a retirada da multa de vinte mil reais da Igreja Católica da comunidade, devido a construção do salão paroquial, pronunciaram que o conflito em questão não se refere à preservação ambiental, e sim às condições pelas quais a autoridade resolve intervir no espaço, ocupado antes da criação da área de preservação.



**Fotografia 7** – Mobilização em Várzea do Braço, Santo Amaro da Imperatriz/SC. Acervo da autora.



**Fotografia 8** – Mobilização em Várzea do Braço, Santo Amaro da Imperatriz/SC. Acervo da autora.

Como se pode perceber, a politização da questão ambiental faz com que o parque tenha um lugar instável na sociedade. Além da questão da conservação, as populações habitantes do espaço estão demandando direitos como as terras agricultáveis, estradas, comunicação, educação e

saúde; que ficam em segundo plano nas estratégias para resolução do impasse.

Essas questões configuram-se claramente na história de vida dos agricultores 5 e 6. Eles são caseiros da propriedade do empresário 1, do setor imobiliário da grande Florianópolis, e dono das terras há 18 anos.

A renda familiar é totalmente advinda do salário de caseiros. Segundo o senhor Antônio, planta-se de tudo um pouco, mas apenas para consumo próprio do proprietário e dos caseiros. Afirma ainda que nada mais é retirado das matas ao redor, apesar de ainda ser comum encontrar caçadores que não fazem parte da comunidade na região. (AGRICULTOR 6, Entrevista, 2005)

Para os entrevistados, a questão do parque os deixou inseguros quanto ao futuro. Como quase nada pode ser feito nas terras, fica o medo sobre a instabilidade de sua moradia. Até mesmo a construção de sua casa foi dificultada pela problemática do parque:

Nós morávamos num galpão aberto aqui perto. E quando ele [o empresário 1] começou a construir nossa casa, muitas vezes eles embargaram. Por três vezes eles mandaram os empregados embora! Então assinou um Termo de Ajuste de Conduta, porque eles disseram que iriam demolir a construção. Mas agora não podemos nem usar adubo na terra, senão podemos até ser presos! De vez em quando eles passam aqui olhando (..) O patrão não comenta muito, mas nós sabemos que ele está lutando por estas terras! (AGRICULTOR 7, Entrevista, 2005)

Por vontade do agricultor 6, sairia da comunidade por vários motivos. Isso não acontece porque, segundo ela, eles não possuem nada; e isso abala mais ainda a indecisão da questão de terras na comunidade.<sup>110</sup> Neste sentido, justifica que esta é uma questão de sobrevivência:

Eu me preocupo quando meu filho vai para a escola em dia de chuva, porque além das terras serem muito lisas, o rio pode encher e levar as pontes (...) No meio da noite é difícil chegar até uma farmácia ou um hospital. Muitas vezes a estrada está tão ruim que o ônibus não chega até aqui! Você é professora e sabe que isso acontece muitas vezes! Aqui não há outro tipo de condução que não seja o ônibus escolar. Então fica difícil mesmo para ir até ao supermercado, ou ao médico. (AGRICULTOR 6, Entrevista, 2005)

A questão do reassentamento destas famílias muitas vezes tem sido ponto de políticas coercitivas e que refletem a falta de planejamento avançado, que assegurem aos residentes locais notificações apropriadas e compensação por qualquer perda dos recursos.

Soma-se a isso, a impossibilidade financeira destas comunidades, de lutarem judicialmente por seus direitos. Isto faz com que estes moradores unam-se aos por eles denominados de “sitiantes”, que constituem-se, na grande maioria, em empresários da grande Florianópolis que, assumem a competência de lutar por suas terras ao mesmo tempo em que garantem o direito dos pequenos proprietários, uma vez que a Constituição Brasileira prevê, em sua legislação básica, o direito à propriedade e, em caso de sua privação por motivos de ordem pública, há garantia de compensação, através da indenização equivalente aos prejuízos sofridos. (PINHO, 2003: 130)

Configura-se assim, a premissa básica do conflito instaurado no território denominado Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. O que seria socialmente considerado mais importante? A proteção da biodiversidade independente do custo humano, ou a busca de um equilíbrio apropriado entre a preservação e o desenvolvimento das comunidades envolvidas?

A questão da preservação para a população envolvida está muitas vezes carregada de simbolismos históricos. No município de Imaruí, entrevistou-se o agricultor 7. Nascido e criado na localidade, ele atualmente alegra-se em ser um dos cidadãos mais antigos do município, no auge de seus 102 anos de idade. Famoso por ter sido um grande extrativista e entalhador de madeira, o agricultor 7 conta sua trajetória de vida e trabalho nas terras que eram do seu pai:

Tudo que ganhei na vida foi com o braço. Eu nunca estudei, mas tudo o que o meu pai ensinou eu aprendi – eu tenho a cabeça boa (risos). Meu pai, que era um açoriano muito sabido, dizia que aprender não ocupa espaço! Já fiz muita canoa e embarcação para passar o rio e vender produtos! Quase todo mundo aqui trabalhava derrubando mato. Tinha que ser paus com 16 palmos ou mais para fazer uma embarcação. Ainda tem por aqui algumas perobas daquela época! (AGRICULTOR 7, Entrevista, 2005)

Numa longa conversa, e sem pressa nenhuma de contar toda a vida, o agricultor 7 conta como aprendeu as atividades que lhe deram sustento:

Quando eu era pequeno, aqui era tudo mata virgem. Tinha um monte de bugre ainda. Meu pai ia pro mato e nos levava com uma foice pequenininha, e a gente ajudava a fazer coivara para a terra fica boa para lavoura. E eu continuei derrubando mato até fazer quarenta anos. Balaio, formão, taquara, barrica de

cachaça... plantei mandioca, fumo, milho, feijão-devara, cana, rama... fiz de tudo um pouco nestas terras! (AGRICULTOR 7, Entrevista, 2005)

Ao mesmo tempo, o agricultor 7 lembra de um período de grande prosperidade para sua família:

Nos engenhos, fazíamos até 500 sacos de farinha. Antigamente quando as pessoas iam casar, faziam primeiro o engenho e depois a casa. Eu já tive engenho de cana e moinho de milho, e engenho de farinha! Levava tudo para o Porto de Laguna. Nessa época a água era abundante. Hoje não dá mais para tocar moinhos com água. Agora até o ar parece que mudou! (AGRICULTOR 7, Entrevista, 2005)

Foram longas horas de conversa para que o Agricultor 2 resolvesse contar o que aconteceu para morar num pequeno terreno, em uma casinha muito pequena de madeira:

Você sabia que eu perdi todo o meu terreno menina? O Governo tirou. Era 110 braças de terra. O governo mandou o povo plantar floresta, mas a gente quis saber só de tirar o que já estava plantado [...] então ele tirou! Ele fez certo né? (AGRICULTOR 2, Entrevista, 2005)

A partir de então, a conversa com o agricultor 7 tornou-se inviável do ponto de vista ético e humano, uma vez que a questão de terras o deixou profundamente abalado: “Oh! Dizem que quando um velho começa a deixar escorrer a água pelos olhos é porque está muito perto de morrer.” (AGRICULTOR 7, Entrevista, 2005)

Contudo, os efeitos destas medidas aparecem de forma coletiva. O agricultor 8, com 73 anos, que diz ter aprendido as técnicas de derrubar mato com o agricultor 7, relata sua experiência de vida no território que nasceu e que ainda é morador, mas que está impedido de exercer suas atividades de agricultor por serem terras recrutadas para o parque:

Aqui nós plantávamos rama, cana, milho, arroz e feijão. Só que o feijão era só para o nosso sustento; o resto era para vender. A farinha nós levávamos em caixas até lá onde hoje é o asfalto. Também eram levados dois barris de cachaça [...] Vendíamos lá na Penha, perto da Igreja. Como levávamos? Dentro de um carro-de-boi e saímos sete horas da noite para vender lá de manhã [...] Tínhamos engenho de farinha, engenho de cana e alambique [...] Quando queríamos madeira para casa era no braço. Ainda hoje eu tenho a serra (risos). Aquele velho de que te falei cortava canoa de três palmos. Eu aprendi com ele! Eu falo para quem a gente confia: eu tirava 13 metros de lenha todo dia, com oito metros de comprimento. (AGRICULTOR 7, Entrevista, 2005)

Quando se perguntou sobre a extensão de suas terras e a utilização econômica destas, o agricultor 8 respondeu que as terras eram todas utilizadas para agricultura. E afirma que há algum tempo, sua família plantava algumas culturas como mandioca, cana-de-açúcar e milho, além de extrair madeira. O agricultor lembra que “no tempo de seu avô”, podiam viver exclusivamente do que conseguiam colher. (AGRICULTOR 8, Entrevista, 2005)

Perguntado sobre sua vida após a implementação do parque, o agricultor 8 adotou uma postura defensiva. Segundo o agricultor, autoridades públicas avisaram-se de que não poderia mais utilizar os terrenos de cultura dentro do parque. Mais tarde, policiais foram a sua

propriedade e disseram que ele não poderia mais plantar. O entrevistado não conseguia entender a situação na qual estava colocado, já que havia nascido e crescido na localidade, tendo sempre trabalhado no meio rural. (AGRICULTOR 8, Entrevista, 2005)

O agricultor 8 estabelece um diálogo simples, mas carregado de intenção. Buscou palavras e gestos que explicassem sua íntima relação com a localidade e o ambiente, dado o tempo de sua existência ali. Além disso, que a forma como foi imposta para ele a criação do parque, fez com que ele desconhecesse o motivo pelo qual lhe foi atribuído um crime.

O entrevistado disse que rumou à prefeitura de Imaruí, para uma audiência na Promotoria. Ao chegar no local, soube que fora cientificado de uma condenação pela retirada ilegal de madeira de dentro do parque, e que deveria fornecer uma cesta básica por mês, no período de um ano, à comunidade daquele município.

Segundo Ana Luiza de Brasil Camargo (2002), a ação da espécie humana tem uma qualidade única na natureza, de possuir um enorme potencial desequilibrador. Mas paralelamente, questões fundamentais como bem-estar humano, desenvolvimento e meio ambiente, tem evidenciado a necessidade de reavaliar as relações que instituem uma área de preservação integral, pressupondo que se considerem as diferentes realidades das populações envolvidas.

Particularmente a questão se volta em abordar a questão da capacidade de as pessoas agirem sobre os processos, a partir dos seus próprios termos. Foi neste sentido que, durante o diálogo, o agricultor 8 afirmou:

Foi do Parque para cá que nós começamos a fazer carvão. Agora aqui tem três fornos. Eu te mostrei! Antes eles ficavam aqui em cima, mas eu tirei porque um dia chegou um batalhão aqui e o superior disse: -" Eu quero ver a área pela qual o senhor foi processado . E então eu disse: -" Agora veja o senhor: Um homem velho como eu sendo processado com meus filhos."Daí o homem disse: - " Olha, tu não desmata mais, porque o senhor já tem um monte de processo". Ele queria que eu comprasse muda de árvore nativa para plantar. Eu disse que não tinha condições, porque eram dois hectares de área desmatada. Mas se ele quisesse me dar ordem para plantar eucalipto eu até podia falar com a prefeitura (risos). (AGRICULTOR 8, Entrevista, 2005)

Mesmo que se afirme que a amplitude dos problemas sociais e ambientais do mundo atual tem-se revelado numa poderosa força geradora e propulsora de mudanças, é preciso salientar que, mesmo com todas as mudanças que a humanidade sofreu ao longo da história o ser humano sempre dependeu direta ou indiretamente da utilização dos recursos da natureza. Em outras palavras, o ser humano é indissociável do mundo natural.

Porém, estamos diante de um problema multifacetado, em cuja análise qualquer generalização seria fonte de erro. Sabemos que a rapidez das transformações causadas pelo homem determina a brutalidade do impacto humano sobre a terra. Por outro lado, se mudanças são necessárias, é preciso realizá-las consciente de que, as diferentes concepções de mundo, longe de serem barreiras, devem ser vista como uma forma de superar conflitos e limitações ao uso do espaço, sem dividir o homem do meio em que vive.



Segundo o perfil demográfico realizado para o Plano Básico de Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, o município de Imaruí é o único que apresenta perda real substancial de população entre as décadas de 1970 a 1990, sendo expressivo o êxodo rural, motivado pelos baixos rendimentos na agricultura e na pesca artesanal, na busca de novas oportunidades de trabalho e vida.

Entretanto, no mapeamento socioeconômico do Zoneamento do PEST, evidencia-se que, entre as décadas de 1970 a 1990, o setor que mais ocupa mão-de-obra local ainda é o setor primário, com destaque para a agricultura e pesca. E, através da análise dos censos agropecuários de 1970 a 1995, caracteriza-se a diminuição no número total de estabelecimentos rurais, essencialmente formados por minifúndios e pequenas propriedades.

Através das mesmas fontes, pôde-se constatar que, apesar das áreas de lavoura diminuir consideravelmente (7.800 hectares em 1970 para 3.500 hectares em 1995), houve também uma diminuição considerável de mata nativa devido à expansão de terras com pastagens. Vale ressaltar que, segundo o censo agropecuário da década de 1980, as áreas de lavoura receberam o incremento do cultivo de arroz, que vem expandindo gradativamente a área. Conseqüentemente, a questão da preservação torna-se duvidosa, se for analisado que a prática da irrigação e o uso de agrotóxicos para este tipo de cultivo vêm ocorrendo às margens de rios e lagoas da região, o que tem gerado conflito inclusive com a comunidade local e os rizicultores, que utilizam 60% da área total das lavouras do município.

Pode-se perceber que, os grupos que mais sofrem os impactos das políticas de preservação ambiental são os pequenos produtores rurais, em sua maioria não possuem condições de pagar advogados para defender

a questão e também não possuem outra atividade econômica que garanta sua subsistência.

A imensa biodiversidade que compõe o PEST, se por um lado justifica a criação de uma área de preservação integral, por outro, também justifica a intervenção humana neste mesmo espaço. Isto porque, geralmente estas terras têm alto valor e, fertilidade do solo, e oferecem inúmeros recursos naturais, como, por exemplo, água e madeira. Também se deve levar em consideração que a noção de ambiente das diferentes populações envolvidas atingidas envolve dimensões sociais e culturais que moldam as atitudes cotidianas, forjadas ao longo do tempo pela maneira e pelo motivo que se encontram num determinado território.

Aqui podemos falar em diferentes racionalidades na percepção de um mesmo espaço. A primeira, proveniente do plano político público, carrega certa periodização, onde o território que antes a ocupação humana tornava-se viável para o desenvolvimento regional, e que aos poucos é percebido como área de grande relevância ambiental, tornado as populações ali existentes um empecilho à conservação. E a segunda, envolve as discontinuidades da formação da área; uma vez que, a revolta dos indivíduos frente ao parque devido a modificação do quadro de utilização dos recursos, passou a ser visto muitas vezes como um “obstáculo opressor”, pelos órgãos estatais, ao invés de uma alternativa qualitativa. Criou-se uma identidade com as comunidades afetadas, mas de natureza pejorativa.

Ao mesmo tempo, a imposição do parque sem um trabalho prévio de informação, conscientização e educação ambiental, não apenas causou danos ao processo de legitimação da área de preservação, como também ocasionou traumas irreversíveis para a população atingida. A mudança brusca na forma como utilizavam os recursos naturais não permitiu o

estabelecimento de códigos que proporcionassem o equilíbrio entre a sobrevivência humana e a preservação ambiental. É o que fica evidenciado nos relatos de vida, como a do agricultor 8, que adoeceu após o recebimento de multas e a derrubada de sua serraria, e que teve um filho preso após assassinar o delator de práticas consideradas impróprias, por tratar-se de áreas requeridas para o PEST:

tinha um homem aqui que entregava todo mundo. E nós tínhamos um forno e uma serraria. E um dia chegou um bando lá do Maciambu e amarraram a serraria e derrubaram o forno e nos multaram com uma quantidade! Ele foi falar com o sargento e pediu se não tinha um jeito de liberar a gente para trabalhar; mas na houve nada. Mas ele deu uma carta para a gente entregar para o juiz da Palhoça; porque a gente trabalha porque precisa! Não tem o que comer com outra coisa(...) minha doença foi o fracasso... O IBAMA veio e nos multou com saco de carvão. Como é que eu iria pagar aquele dinheirão todo? Foi tudo dos nervos: começou com uma dor nas costas, e foi subindo para a cabeça, com uma ferrada no ouvido.. fiquei doido,doido! (AGRICULTOR 9, Entrevista, 2006)

Sobre esta questão, relacionada às atividades e dificuldades encontradas no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Flávia Lapa, Engenheira Agrônoma do Projeto Microbacias na cidade de Paulo Lopes, ressalta:

Estes agricultores que você conseguiu contato são pessoas um pouco mais abertas para conversação; porque a maioria, em relação a este assunto, usa palavras agressivas... não em relação a sua pessoa; mas existe tanto rancor a respeito desta questão que eles não aceitam nem mesmo conversar. Eles têm consciência de que a preservação daquelas matas é importante. Eles comentam que antigamente aqui as serrarias eram tocadas a água, e mostram os caminhos por onde passavam rios. E hoje em dia não há mais

água como antes! Eles perceberam visivelmente a importância da conservação, até mesmo pela quantidade de pasto e animais que ainda existem. É o único momento em que você consegue tirar alguma coisa boa deles. O rancor é principalmente devido à falta de indenização da área. (LAPA, 2005)

Não é fácil entender a questão sem um exame mais rigoroso do papel desempenhado pela noção que cada indivíduo tem sobre o meio em que vive. Mas o problema não consiste em saber qual dos lados está errado ou qual tem a razão, mas em estabelecer um quadro de pensamento que reúna relações e acontecimentos, mediante a integração de questões, que determinem a historicidade dos conflitos surgidos a partir da criação da unidade de conservação.

Neste sentido, a investigação apresentada a partir dos relatos de história oral permite esboçar, sem estabelecimento de conceitos, certa homogeneidade em localidades distantes, a partir do modo como utilizam o espaço como fonte de renda ou de subsistência. É crucial que não se dissocie a preocupação ecológica da preocupação e equidade social; isto é, soluções para os problemas ambientais devem ser buscadas dentro do próprio sistema social. Sobre este assunto, Flávia Lapa afirma:

Na verdade, a área foi preservada; mas o custo humano para isso foi muito grande. Não tem como se colocar no papel o custo humano para a formação do parque. Imagine o número de pessoas que tiveram que sair de suas propriedades! Eu também não sou daqui, mas fizemos um resgate histórico antes do projeto microbacias para saber para saber como era e como está agora a agricultura... e eles mesmos contam que antes as festas eram muito bonitas e cheias de gente. Daqui do centro de Paulo Lopes até a comunidade de Bom Retiro era cheio de moradores. Hoje você anda mais de cinco quilômetros e não vê casa nem de um lado e nem do outro. (LAPA, 40)

Assim como o município de Imaruí, o município de Paulo Lopes caracteriza-se pelo êxodo rural. Apesar de ser o setor de comércio e serviços que mais contribui para arrecadação do ICMS municipal; o setor primário, relativo as atividades agrícolas e extrativas, é o setor onde a maior parcela da população está ocupada. Dados do IBGE confirmam que houve significativa diminuição do número de estabelecimentos rurais também no município de Paulo Lopes (472 hectares em 1970 para 221 hectares em 1990).

Entretanto, nesse mesmo período, aumentou o número de estabelecimentos destinados as pastagens, e também um significativo aumento do número de estabelecimentos menores (até 10 hectares); o que pressupõe, segundo informações da prefeitura municipal, a mesma ocorrência do município de Santo Amaro da Imperatriz, onde vem crescendo a demanda de sítios de lazer para populações urbanas.

Segundo a empresa Socioambiental Consultoria, responsável pela pesquisa básica para o plano de Zoneamento do PEST, cerca de 7 mil hectares de mata nativa desapareceu entre as décadas de 1985 e 1995; o que admite que, a saída dos pequenos proprietários de terras não foi suficiente para conter a degradação ambiental na região. Pelo contrário, a falta de uma política de organização fundiária para conservação da área do parque faz com que estes moradores vendam suas terras para pessoas interessadas em expandir a atividade pecuarista na região, o que aumenta o número de pastagens e, a partir da década de 1990, o cultivo de arroz passou também a representar 44% da produção do município. (ICEPA, 2002: 40)

Sobre esta questão, a entrevista do agricultor 9, de Paulo Lopes entra em consonância com as palavras do senhor agricultor 2, da comunidade de Várzea do Braço, em Santo Amaro da Imperatriz, quando afirma que, a forma como foram impostos os limites do parque, agravou-se mais ainda a questão de ordem social e os impactos ambientais na localidade:

Quem morava aqui ficou desesperado e foram vendendo suas terras a troco de nada, e os ricos foram comprando para passar os finais de semana; e os pobres foram para a cidade fazer bico – foi isso que aconteceu com os meus irmãos, e não aconteceu comigo porque eu fui teimoso e não tive pressa de lutar. (AGRICULTOR 9, Entrevista, 2006)

Esses dados nos permitem afirmar que, é necessária uma crescente inclusão dos cidadãos no processo de planejamento e gestão ambiental, enfatizando o que Klaus Frey afirma, da necessidade de aplicação de cinco dimensões da sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. (FREY, p. 10)

Sendo assim, poderíamos nos perguntar que tipo de preservação seria comunitariamente aceita e socialmente sustentável, haja vista que a formação de uma área protegida tem uma finalidade concreta, que é a preservação ambiental; porém, corre-se o risco de idealizar demasiadamente o que se quer implementar. Flávia afirma que, quando começou a trabalhar na área de conflito, encontrou dificuldades em estabelecer ações concretas para ajudar a resolver o problema:

Nós reunimos os agricultores, um número de 15 pessoas mais ou menos. Chegamos a entrar em contato com um advogado e levantar toda a documentação necessária; só que nos deparamos com uma situação crítica. O advogado conseguiria dar entrada ao processo para tentar a indenização. Porém, depois de uns cinco anos mais ou menos, segundo o advogado, teria que haver uma perícia, onde normalmente é o juiz que nomeia o perito. E isso não sai por menos que 20 mil reais aproximadamente. E para quem vive com uma renda familiar de 300 reais por mês ou menos, falar em tirar 20 mil reais... Tem gente que tem 100 hectares dentro da área do parque, e fora tem um hectare para morar! Então fica um tanto complicado até cogitar a possibilidade! Algumas pessoas saíram xingando! Tentamos trabalhar o problema e só causamos indignação. Porque seria a obrigação do governo indenizar. E eles ainda Têm que pagar? Isso foi um caso que desmotivou qualquer iniciativa. (AGRICULTOR 10, Entrevista, 2005)

Os indivíduos que se encontram dentro ou no entorno do parque, apesar de diferentes hábitos culturais, tornam-se homogêneas no que se refere ao cultivo do espaço como fundamento para a sobrevivência; e, somando-se a isto, a indecisão por partes das políticas públicas quanto a situação destes agricultores configura um conflito de paradigmas que pede uma mudança profunda no pensamento, percepção e valores de uma determinada realidade.

Do mesmo modo, o contraponto é forte e compreensível. Na atual conjuntura, em que a preservação dos recursos naturais torna-se inquestionável, a percepção dos órgãos gerenciadores frente à problemática do Parque estadual da Serra do Tabuleiro requer uma análise sistemática. Flávia Lapa relata sua experiência também com esses órgãos, em especial a FATMA:

O último contato que tive com eles também mudou a minha forma de pensar, porque as pessoas que estão lá também estão sendo colocadas na parede. Elas também sabem que precisa ser feita alguma coisa. Porém, para ser feito algo, precisa de uma grande mobilização; precisa de dinheiro, precisa principalmente apagar esta imagem que se tem da FATMA e da criação do parque. (AGRICULTOR 10, Entrevista, 2005)

Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente as ações sobre o meio. As respostas ou manifestações são, portanto, resultado das percepções dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo.

Mas no município de Paulo Lopes, especificamente, a reação de um morador assustou uma comunidade inteira. Em julho de 2005 entrevistou-se na comunidade de Bom Retiro, agricultor 10, nascido na comunidade e atualmente com 35 anos.

Esse morador relutou muito em ceder uma entrevista, devido aos problemas que teve na comunidade por se colocar a favor das mudanças pedidas pela formação da área de preservação. Neste sentido, deixa claro:

Briguei com dois irmãos e perdi um monte de amigos por defender um lado diferente. Mas alguém tem que comprara esta briga. É claro que se eles indenizassem as pessoas seria muito mais fácil preservar! (AGRICULTOR 10, Entrevista, 2005)



Quando questionado sobre as mudanças ocorridas na comunidade depois da criação do parque, Silvio faz um apanhado de prós e contras da situação então estabelecida:

Depois do parque todo mundo teve que começar a se virar com a lavoura, sem desmatar mais nada. Eu trabalhei em lanchonete, depois fui caseiro de um sítio aqui... Aí comecei a trabalhar com produto orgânico para o Supermercado Imperatriz. Agora sou funcionário da UNISUL, na piscicultura e na horta. Para todo mundo foi difícil mudar. Mas eu agradeço a mudança; porque se não tivesse acontecido, nem água teria mais aqui. Tá certo que antigamente era mais povoado. Mas quem vendeu as terras se deu mal. E quem não vendeu, hoje tem a Flávia com o Projeto Microbacias para ajudar a dar alternativas de produzir. (AGRICULTOR 10, Entrevista, 2005)

Para o agricultor 10, a única atitude errada foi à forma como a questão da preservação foi imposta aos moradores:

Foi tudo de repente. Se eles tivessem explicado as coisas e dadas alternativas para a população, muitas terras deixariam de ser vendidas para grandes empresários. Agora as maiorias das terras já são de fazendeiros. Alguns até dão empregos para pessoa daqui. Mas a maioria, tem as terras e nada acontece. Antigamente tudo aqui era banhado. Hoje notamos que tudo está mais seco. Drenaram muito os morros para as plantações de arroz. Lugares nos rios que tínhamos medo de passar, hoje são apenas valas. (AGRICULTOR 10, Entrevista, 2005)

Apesar de se mostrar a favor da preservação, o agricultor 10 estabelece um diálogo cheio de controvérsias quanto aos métodos que julga sustentáveis:

Hoje quem vive de madeira aqui, vive muito bem através do reflorestamento. Se eu tivesse um pedaço de terra como o meu pai tem, eu não seria empregado. Se eu fosse ele pararia de criar gado e plantaria eucalipto. (AGRICULTOR 10, Entrevista, 2005)

Neste sentido, é válido estabelecer um diálogo a respeito da questão de terras e a ausência de um projeto de preservação sustentável. Segundo Jared Diamond, além de considerarmos os danos ambientais como fator de colapso das sociedades, deve-se também levar em consideração as respostas das sociedades aos seus problemas ambientais. (DIAMOND, 2006: 178)

Por isso torna-se importante que a discussão não seja reduzida ao predomínio do público sobre o privado ou vice-versa; sem radicalismos, buscando, no limite do possível, o ponto sustentável, que busque compreender o processo histórico dos conflitos instaurados pela imposição do parque.

Mesmo que a presença dos residentes não possa parecer ameaçadora, ela eventualmente se tornará, a medida que seu número crescer e seu estilo de vida mudar. Entretanto, apesar de ser um fator relevante e digno de cuidados, não deve ser generalizado.

Analisando o conjunto de entrevistas de todas as comunidades, é possível perceber uma gradual conscientização dos moradores, especialmente aqueles que se autodenominam nativos, quanto a necessidade de mudar hábitos culturais e econômicos, em prol da própria sobrevivência da comunidade. Mas no que tange a associação de moradores para fins de participação efetiva na problemática do PEST, somente a comunidade da Várzea do Braço tem se organizado.

A limitação ao uso dos recursos e a perda da produção em algumas propriedades resultou na contemplação de uma questão até então esquecida – a consciência coletiva – ligada a valores sociais diretamente relacionados e utilização e permanência no espaço.

Adriano Luiz Duarte diferencia as inter-relações entre sociedade e comunidade a partir da forma como se orientam e se organizam as relações sociais:

Na sociedade os indivíduos estariam organicamente separados e, seria a partir de sua ação, portanto, seus deliberados atos de vontade, que se colocariam em contato uns com os outros. Diferentemente do que se daria na comunidade, na qual a conexão entre os homens seria natural e orgânica. (DUARTE, 1997:43)

Analisando as comunidades escolhidas para a pesquisa, pode-se afirmar que, na forma específica há a consciência de identificação comunitária como comportamento natural de pessoas que habitam o mesmo espaço. No entanto, os fins sócio-políticos para a instituição do PEST fizeram surgir valores sociais como a “consciência de classe”, que amarram diferentes indivíduos em projetos políticos comuns.

Sob o ponto de vista da intervenção humana, o conjunto cênico, biológico, histórico e cultural extremamente diversificado, é capaz de gerar um modelo de desenvolvimento regional de grande repercussão social e econômica, tendo o parque como elemento catalisador e gestor. (PBZ, 2000: 20) Entretanto, esta afirmação é o contraponto direto da organização social instalada no território antes da instituição da unidade de preservação em questão.

Como se pode perceber nos dados do Plano Básico de Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, apesar de todas as políticas intervencionistas, a base econômica da maioria da população que vive dentro da área do parque, ainda o setor primário, ou seja, a agropecuária é significativa.

A análise das décadas de 1970, 1980, até 1991 demonstra que foi significativa a diminuição de pessoas ocupadas neste setor. Entretanto, se compararmos às outras fontes de pesquisa, não torna-se um dado tão considerável dado o número de pessoas que ainda dependem da terra como fonte de subsistência, estando longe de ser uma questão de obtenção de lucros. (IBGE, mimeo)

A noção de ambiente das diferentes populações envolvidas envolve dimensões sociais e culturais que moldam as atitudes cotidianas, forjadas ao longo do tempo pela maneira e pelo motivo que se encontram num determinado território. Mas apesar deste aspecto comum, a maneira como recebem e reagem às questões políticas da preservação ainda estão se moldando, entre os sentimentos de opressão e revolta.

Sendo assim, as questões perpassam diferentes racionalidades na percepção de um mesmo espaço. Entre estas, as divergências institucionais e as descontinuidades da formação da área causou revoltas nas “comunidades tradicionais” e, ao mesmo tempo, abriu espaço, mesmo que involuntariamente, para outros tipos sociais urbanos, que exercem grande influência na negociação.

Pode-se dizer que a idéia de conservação que o MPF apresenta, no debate em torno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, é apropriada quando o tema é manter processos ecológicos essenciais para que a natureza continue a prestar serviços vitais, lógica que mantém a

condição de que a natureza está a serviço do homem. Mas ainda não foi estabelecida uma estratégia para que as metas de conservação possam ser melhor atingidas, indo ao encontro das necessidades humanas, o que torna a questão do PEST história e moralmente questionável.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A extensão do PEST em si, e sua localização partindo do litoral para o interior catarinense inserido no bioma da Mata Atlântica o qualifica como um dos principais parques de conservação do Brasil, pois seu território abriga vários ecossistemas, tais como Restinga, Araucária, Floresta Pluvial Atlântica, Matinha Nebular, Campos de Altitude e Mangues.

A Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA), ao longo de sua história como autarquia, tem construído um discurso que busca nomear o PEST como “santuário da biodiversidade: “uma Unidade de Conservação de grande importância, pois além de santuário da biodiversidade, o parque guarda também as nascentes de sete rios, incluindo os que abastecem a Grande Florianópolis.”

Nesse sentido, a carta elaborada pelo grupo de agricultores representava, em 1980, não só a luta de um grupo histórico pela manutenção de suas atividades econômicas tradicionais e de sua identidade sócio-cultural, mas também uma possibilidade de discussão

pública sobre a constituição e os modelos de parques ambientais no país, os problemas inerentes ao conceito de conservacionismo num momento em que o Brasil ampliava seu parque industrial e seu desenvolvimento urbano, e era um índice de que políticas públicas geridas na esfera do “macro”, acabavam por atingir de formas diferentes o cotidiano, a intimidade dos lares daqueles agricultores, por vezes, de forma agressiva.

Afinal, aqueles moradores de Águas Mornas estavam contrapondo-se a certas considerações que serviram de base para a constituição do PEST, tais como alguns itens do próprio Decreto Estadual 1.260, de 1º de novembro de 1975, assinado pelo então Governador de Santa Catarina, Konder Reis, que preocupava-se em criar a área de conservação devido a aspectos técnicos e ecológicos (importância para a região litorânea catarinense pelo seu potencial hídrico, geológico, florístico, faunístico, climático, e paisagístico), mas também econômicos (precisamente o turismo). Nesse sentido é que o enfoque dado à pesquisa buscou compreender e discutir a formação das UCs e suas implicações sociopolíticas nas regiões, nos municípios que são atingidos diretamente pelo PEST.

A reação dos agricultores de Águas Mornas traz à tona os projetos de vida engendrados e marcados no território do parque, a forma como o ambiente é diferentemente representado e usado/apropriado na vida cotidiana dos indivíduos envolvidos direta e indiretamente na questão do PEST, e, sobretudo, as práticas do espaço a partir da concepção que esses grupos e pessoas alimentam sobre “natureza”, “meio ambiente”. Mas se tratam de práticas ora legitimadas, ora tornadas ilegais, devido à construção judicial, também, das idéias de “meio ambiente” e “natureza” a partir do Direito Ambiental e da legislação pertinente.

## **REFERÊNCIAS**

### **WEBGRAFIA**

Decreto Estadual 1.260, de 1º de novembro de 1975. Disponível em: <<[http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal\\_lista.asp?campo=1658](http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_lista.asp?campo=1658)>> Acesso em: 15 maio 2007.

ALEXANDRE, Agripa Faria. Novos elementos teóricos para pensar as práticas ecológicas no Brasil. Disponível em: <<<http://www.pos.ufsc.br/arquivos/41010037/TextoCaderno13.pdf>>> Acesso em: 2 mar. 2006.

KLANOVICZ, Jó. História Ambiental e Desenvolvimento. II Seminário de Pós-Graduação do Centro de Ciências Agroveterinárias da Universidade do Estado de Santa Catarina (II Seposca), Lages/SC. 22 de novembro de 2007. Lages/SC. Disponível em: <<<http://www.cav.udesc.br/seposca>>>

### **ENTREVISTAS**

AGRICULTOR 1. Entrevista concedida a Cristiane Fortkamp. Santo Amaro da Imperatriz/SC. 10 jul. 2005.

AGRICULTOR 2. Entrevista concedida a Cristiane Fortkamp. Santo Amaro da Imperatriz/SC. 10 jul. 2005.

AGRICULTOR 3. Entrevista concedida a Cristiane Fortkamp. Santo Amaro da Imperatriz/SC. set. 2005.



AGRICULTOR 4. Entrevista concedida a Cristiane Fortkamp. São Bonifácio, set. 2005.

AGRICULTOR 5, AGRICULTOR 6. Entrevista concedida a Cristiane Fortkamp. Santo Amaro da Imperatriz/SC. 9 jun. 2006.

AGRICULTOR 7. Entrevista concedida a Cristiane Fortkamp. Imaruí/SC. 29 jul. 2005.

AGRICULTOR 8. Entrevista concedida a Cristiane Fortkamp. Paulo Lopes/SC, 26 jul. 2006.

AGRICULTOR 9. Entrevista concedida a Cristiane Fortkamp. Bom Retiro/SC, 24 jul. 2005.

AGRICULTOR 10. Entrevista concedida a Cristiane Fortkamp. Imaruí/SC, 24 nov. 2005.

CARDOSO, José Eduardo. Entrevista concedida a Cristiane Fortkamp. Palhoça/SC, 17 set. 2007.

LAPA, Flávia. Entrevista concedida a Cristiane Fortkamp. Paulo Lopes, set. 2005.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

ADAMS, Cristina. **Identidade caiçara:** exclusão histórica e sócioambiental. In: Atualidades em etnobiologia e etnoecologia. Palestras convidadas do IV Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e etnoecologia. ALBUQUERQUE, Ulysses P. de (org.) Recife, Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia.

ARNOLD, David. ***La naturaleza como problema histórico: el medio, la cultura y la expansión de Europa.*** México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões.** Bauru: Edusc, 2000.

BITENCOURT, Neres de Lourdes da Rosa. Uma **proposta de cidadania para a preservação ambiental.** Estudo de caso: comunidade de Várzea do Braço no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em

Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

BRASIL, SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal Brasileiro.

BRIGHTWELL, Maria das Graças Santos Luiz. **Os parques nacionais de Aparados da Serra Geral e Serra geral e o município de Praia Grande/SC: dimensões escalares e conflitos**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: EdUnesp, 1992.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: ED. Da UFSC, 1999.

CARUSO. de **O desmatamento da Ilha de Santa Catarina 1500 aos dias atuais**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

CORREA, Carlos Humberto. **História da Cultura Catarinense: O Estado e as Idéias**. v. 1. Florianópolis: Editora da UFSC/ Diário Catarinense, 1997.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico..** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

DIAMOND, Jarred. **Colapso**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'anna. **Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2004.

DONAIRE, Denis. **A Gestão Ambiental na Empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: Eduff, 1997.

DUARTE, Adriano Luiz. **Cidadania e exclusão**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1997.

EPAGRI. Município de São Bonifácio. Pasta de documentos avulsos. Pesquisado em agosto de 2005.

FATMA. **A natureza do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Florianópolis: FATMA, 2003.

FRANCO, H.M. **A vida por um fio sem as florestas**. Agropecuária Catarinense, Florianópolis, v.2, n.2, p.26-35, jun., 1989.

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA (FATMA). **A natureza do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Florianópolis: FATMA, 2003.

GUERRA, Miguel Pedro; SILVEIRA, Vanildo; REIS, Maurício Sedrez dos e SCHNEIDER, Lineu. **Exploração, Manejo e Conservação da Araucária**. In: SIMÕES, Luciana Lopes e LINO, Clayton Ferreira (org.). **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KLEIN, R. M. Aspectos dinâmicos da vegetação do Sul do Brasil. **Sellowia; Anais Botânicos do Herbário "Barbosa Rodrigues"**, Itajaí, (36):5-54, 1984.

\_\_\_\_\_. Árvores Nativas da Floresta Subtropical do Alto Uruguai: **Sellowia. Anais Botânicos do Herbário "Barbosa Rodrigues"**, Itajaí, 24 (09-62)-30 dez. 1972.

\_\_\_\_\_. **Mapa Fotogeográfico do Estado de Santa Catarina**, elaborado por Roberto Miguel Klein – Herbário "Barbosa Rodrigues"- Itajaí-SC, 1978/Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis-SC. 1978.

IBAMA. **I Seminário de Corredores ecológicos no Brasil**. Brasília: 2001.

IBGE. **Participação de pessoas ocupadas (\*) na região do Parque estadual da Serra do Tabuleiro**, segundo os setores de atividades entre 1970, 1980, 1991. [mimeo]

IBGE, Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Santo Amaro da Imperatriz. Documentos avulsos.

ICEPA. **Principais culturas do município de Paulo Lopes nas décadas de 1970, 1980, 1990**.

INSTITUTO SYNTHESIS. Projeto Gestão Integrada das Unidades de Conservação Marinho-Costeiras do Estado de Santa Catarina -GIUC. Documento Síntese – Convênio nº 2002 CV000010 Financiado entre Instituto Synthesis e DAP/MMA. Volume I, Florianópolis, maio/2003.

JOCHEN, Toni. **A formação da colônia alemã de Teresópolis**. Ed. Do autor, 1999.

KLANOVICZ, Jó. **Natureza corrigida**: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990). Florianópolis, 2007. 311f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza**. Bauru: Edusc, 2005.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes/PNUMA, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re) introdução a história oral no Brasil**. São Paulo: USP, 1996.

NAVARRO, Z. **Manejo de recursos naturais e desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PELUSO JUNIOR, V.A. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC/UFSC, 1991.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2003.

PLANO BÁSICO DE ZONEAMENTO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO (PBZ). p. 8. [mimeo]

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ. Perfil das atividades econômicas do município. Pasta de relatórios Oficiais da Secretaria de Desenvolvimento. 2000.

REIS, A; MANTOVANI, A. **Inventário para caracterização de estágios sucessionais na vegetação catarinense**. Joinville: Ed. Da UFSC, 1986.

RINALDI, R. R.; LIMA, G. S. **Unidades de conservação: estratégia de proteção da Mata Atlântica**. Ação Ambiental, Viçosa, v. 6, n. 25, p. 12-14, maio/jun. 2003.

SANTIAGO, Roberto Martinez. **Manifesto pela vida. Por uma ética para a sustentabilidade**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Instituto Sócio-Ambiental, 2005.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Política Estadual de Educação Ambiental, Lei n. 1.3558/2005.

TAGLIARI, P.S.; FRANCO, H. **Florestas que dão lucro rápido**. Agropecuária Catarinense, Florianópolis, v.6, n.1, p.22-29, mar./maio 1993.

THEODORO, S.H. (Org.). **Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.